



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 1/2021 – Sessão ordinária de vinte e seis de fevereiro de 2021

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, transmitida na página do Facebook do Município de Góis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal do Município de Góis. -----

-----Pelos dezassete horas o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Diamantino Jorge Simões Garcia, declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão, começando por apresentar cumprimentos a todos os presentes, nomeadamente à senhora Presidente e Vice-Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores, aos deputados das bancadas do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis e Partido Social Democrata. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada:-----

-----**Presidente Assembleia:** Diamantino Jorge Simões Garcia (GCE “Independentes por Góis”)-----

-----**Primeiro Secretário:** José Rodrigues (Partido Socialista);-----

-----**Segunda Secretária:** Ana Andreia Antão Barata (Partido Socialista);-----

-----**Partido Socialista:** -----

-----Jaime Miguel Fernandes Garcia; -----

-----Aida de Jesus Garcia Martins Baeta;-----

-----Gonçalo Nuno Martins dos Santos; -----

-----Joana Fonseca Tavares; -----

-----**Grupo de Cidadãos Eleitores “Independentes por Góis”:** -----

-----Amílcar José Barata Aleixo; -----

-----Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões;-----

-----António José Nunes Gil;-----

-----José Carlos Rodrigues Garcia; -----

-----**Partido Social Democrata:** -----

-----Maria do Céu Simões Alves; -----

-----Nuno Miguel Almeida Alves; -----

-----Manuel Enésio de Almeida Gama; -----

-----Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias. -----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Presidentes das Juntas de Freguesia:** -----

-----Alvares - Victor Manuel Fonseca Duarte (GCE “Independentes por Góis”); -----

-----Góis - Ana Paula Rodrigues Gonçalves (Partido Socialista); -----

-----União de Freguesias do Cadafaz e do Colmeal - António Alves Martins (Partido Socialista); -----

-----Vila Nova do Ceira - António Barata Carvalho (Partido Socialista). -----

-----**FALTAS:** -----

-----Dos dezanove membros que compõem a Assembleia Municipal verificou-se a falta do seguinte membro: -----

-----Gonçalo Nuno Martins dos Santos (Partido Socialista);-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o membro ausente tinha justificado a sua falta nos termos legais. -----

-----**SUBSTITUIÇÕES:** -----

-----Foi substituído o seguinte membro: -----

-----Gonçalo Nuno Martins dos Santos, foi substituído por Hélder Jorge Pereira Antunes Barata.-----

-----**Câmara Municipal:** -----

-----Registaram-se, pela Câmara Municipal, as seguintes presenças: -----

-----Presidente da Câmara: Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira.-----

-----Vice-Presidente da Câmara: Mário Barata Garcia -----

-----Vereadores: -----

-----António Rui de Sousa Godinho Sampaio; -----

-----José Alberto Domingos Rodrigues;-----

-----Maria Helena Antunes Barata Moniz.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a presente sessão está a ser transmitida no Facebook do Município de Góis, sendo de todo importante ter conhecimento do número de pessoas que se encontram a assistir à mesma, pelo facto de que desta forma muitos poderão acompanhá-la, em virtude de que presencialmente poderiam não ter essa mesma oportunidade. Neste sentido, cumprimentou todos quantos se encontram a assistir online à sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Seguidamente fez alusão ao momento de Pandemia que atravessamos o que efetivamente faz com que todos vivamos situações de perdas difíceis de pessoas conhecidas, amigos e familiares, parecendo-lhe que neste período a morte se tornou uma rotina. Apesar de os números estarem a diminuir todos nós passámos por momentos menos bons, sendo que no concelho de Góis os factos



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não foram menos do que em outros concelhos. Referiu que os acontecimentos ocorridos vão-nos deixar a todos mais pobres pela sua experiência de vida que tiveram e pelos ensinamentos que nos transmitiram e, sobretudo, por serem referências nas nossas vidas, sendo que muitas dessas pessoas, foram ouvidas e consultadas para que pudéssemos tomar algumas decisões. Referiu que a Pessoa a quem vai propor a atribuição de um Voto de Pesar, dedicou a sua vida ao concelho de Góis, tendo sido Presidente da Câmara Municipal e deputado da Assembleia Municipal, colaborando com muitas instituições, pelo que pode designar-se que teve uma vida em prol do concelho, e, naturalmente, dos munícipes, salientando estar a referir-se ao senhor Vítor Manuel Nogueira Dias, ao “nosso Vitó”, sendo que é para este munícipe que propõe a atribuição de um Voto de Pesar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, a atribuição de Voto de Pesar, manifestando total solidariedade e profundo pesar à família pela sua irreparável perda.-----

-----O senhor Luís Filipe Almeida Nogueira Dias, em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na votação.-----

-----Dada a palavra o senhor Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias em seu nome pessoal e da família agradeceu o voto de pesar pelo falecimento de seu pai, Vítor Manuel Nogueira Dias.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

-----Havendo “quórum”, o senhor Presidente procedeu à leitura da Ordem do Dia, a saber:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. Aprovação da Ata nº 6/2020-----

-----2. Informação sobre o expediente da Assembleia Municipal-----

-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o Município.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----1. CIM RC/Minutas das Adendas aos Contratos Interadministrativos Celebrados ao Abrigo do "Contrato de Financiamento PDP - 3 - Gestão da Bacia do Rio Ceira para Adaptação às Mudanças Climáticas"-----

-----2. LCPA/Pedido de Autorização para a Assunção de Compromissos Plurianuais-----

-----3. Modificação aos Documentos Previsionais N.º 3/2021 - Revisão ao Orçamento N.º 1 e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) N.º 1-----

-----4. Relatório da Atividade Económica e Financeira da Câmara Municipal-----

-----**PÚBLICO**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 6/2020**-----

-----Uma vez que todos os membros da Assembleia se encontravam na posse do exemplar fotocopiado da ata em epígrafe, previamente enviado para análise, foi dispensada a sua leitura, sendo de imediato submetida à apreciação.-----

-----Não se registando mais intervenções, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, os deputados Ana Andreia Antão Barata; Amílcar José Barata Aleixo; Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões; Manuel Enésio de Almeida Gama e Hélder Jorge Pereira Antunes Barata não participaram na votação por não terem estado presente na sessão a que a mesma respeita.-----

-----**3. INFORMAÇÃO SOBRE O EXPEDIENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia informou que o expediente rececionado pela Assembleia Municipal é reencaminhado para aos líderes de bancada dos Grupos Municipais no sentido de diligenciarem no âmbito do Grupo Municipal que representam. -----

-----Referiu que, no dia 05.02.21, a CIM RC elegeu o seu Secretário Executivo, tendo sido eleito o Dr. Jorge Brito, cargo por si ocupado anteriormente à sua eleição para a Vice-Presidência da CCDRC. Apraz-lhe mencionar que pela experiência que têm o eleito será uma mais valia para a Comunidade Intermunicipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**4. APRECIÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da Assembleia Municipal.-----

-----O deputado Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias iniciou a sua intervenção fazendo referência à entrega ao Município de Góis da Unidade Móvel de Saúde não pelo facto de ser mais uma viatura ao serviço da Câmara Municipal, mas sim pela valência dos serviços que irá prestar no concelho de Góis, o que se irá traduzir numa mais valia junto da população mais isolada e distante da sede do concelho, salientando que esta só peca por tardia, mas mais vale tarde do que nunca. Referiu que tal como a senhora Presidente fez alusão na última reunião da Câmara Municipal a solidão também mata, sendo esta afirmação uma verdade. Mais referiu que a senhora Presidente na última sessão deste órgão informou que a viatura seria entregue, porém ainda não estariam asseguradas algumas coisas, nomeadamente a responsabilidade da manutenção do veículo, da remuneração das Equipas ao serviço desta, sendo que pelo que foi transmitido em reunião da Câmara Municipal é que irão encetar esforços junto do Centro de Saúde porquanto também fará parte da equipa, profissionais de Enfermagem. Para



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

além deste e de um Técnico da área da Assistência Social é da opinião que esta equipa deveria ser constituída por um Psicólogo, sendo que estes profissionais através de um telemóvel e/ou tablet poderão fazer com que as famílias tenham uma outra proximidade nomeadamente com familiares que se encontram longe. Ainda sobre a Unidade Móvel de Saúde referiu que se esta acarretar despesas inesperadas e se estas tiverem que ser presentes à Assembleia Municipal será uma situação que tanto da sua parte, como dos restantes elementos da bancada do PSD, será votada favoravelmente uma vez que se trata de uma situação em prol da saúde e bem estar dos munícipes. -----

-----Relativamente à aprovação da candidatura ao Programa Cultura em Rede, em que o Município de Góis lidera a candidatura “Viver os Rios - O Património que nos une”, em parceria com os Municípios de Oliveira do Hospital e Penacova, referiu que esta tem a periodicidade de um ano, com início no mês de março do ano em curso e términos em março do próximo ano, sendo que face ao período pandémico que atravessamos poderá efetivamente o período prorrogar-se no tempo. Ainda sobre este assunto referiu que a única ação que foi dada a conhecer foi o espetáculo de encerramento do GóisArte 2021, com o Artista Rui Macena, pelo que tendo como base o objetivo desta candidatura a promoção das tradições culturais dos municípios envolvidos, através das linhas de água, apresentar uma oferta, através dos seus agentes culturais, diversificada em atividades, referiu ser seu interesse ter conhecimento se os agentes culturais locais irão dinamizar atividades, ou se se irá recorrer a outro tipo de agentes, sendo que pelo montante financeiro envolvido deverá ser feito o esforço para que todos os nossos agentes culturais, i.e., filarmónicas, ranchos folclóricos, grupos de cantares, etc, sejam envolvidos neste projeto para que parte do montante envolvido seja rentabilizado em Góis, podendo estas atividades serem levadas a efeito em espaços junto aos rios.-----

-----Relativamente às empresas e comércio local, referiu que o PSD apresentou em sede do órgão deliberativo, no mês de maio do ano de 2020, uma proposta a qual se consubstanciava numa linha de apoio às empresas e associações para fazer face aos constrangimentos gerados pela pandemia. Acrescentou que na reunião da Câmara Municipal, no dia 09.02.21, o Vereador do PSD António Rui de Sousa Godinho Sampaio, apresentou propostas bem elaboradas denominadas de Plano Municipal de Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade Social, e Projeto de Regulamento de Benefícios Fiscais do Município de Góis. Sobre este assunto referiu ter ouvido a senhora Presidente da Câmara Municipal, em entrevista à Rádio Clube de Arganil, a anunciar que tinha sido constituída uma Equipa de cinco Técnicos para a elaboração de um documento, tendo como base os documentos apresentados, os quais estavam muito bem fundamentados, para que posteriormente numa das



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reuniões do órgão executivo de março ambos os documentos fossem presentes, para que fossem também objeto de apreciação e votação da Assembleia Municipal. Ainda nesta matéria, referiu que pelo que se apercebeu, na última reunião da Câmara Municipal, irá ser feita uma prestação de serviços com a ADIBER não somente para apoiar na elaboração dos referidos documentos, mas também para colaboração em outras ações, nomeadamente candidaturas do Município de Góis a fundos comunitários. Referiu ser sua opinião que a Câmara Municipal deveria estar munida de uma equipa exclusivamente dedicada à elaboração de candidaturas a fundos comunitários por ser uma área muito trabalhosa e complexa, a qual poderia solicitar apoio em caso de necessidade à ADIBER, à CIM-RC ou até a outros municípios, face ao seu vasto conhecimento e experiência na elaboração de candidaturas, entendendo que todo este *Know-how* deveria ficar na Câmara Municipal. Ao passar-se todo este processo para uma entidade, embora parceira, mas terceira, é seu receio que futuramente todo este conhecimento e know-how se perca, porquanto passa a existir uma prestação de serviços e continuamos a não ter na Câmara Municipal uma equipa com estas valências. Ainda sobre a linha de apoio referiu ser do seu conhecimento uma comunicação de uma Comissão de Melhoramentos, tendo estas um papel muito importante junto da nossa população, porquanto foi através de verbas próprias que se fizeram muitos benefícios em prol dos seus residentes, pelo que entende que nesta matéria de apoios deveria haver uma resposta mais célere. Prevaleceu-se da oportunidade para fazer referência à listagem publicitada na revista das 1000 Maiores Empresas do Centro de 2020, integrando esta seis empresas do concelho de Góis, pelo que questionou se a Câmara Municipal já tomou alguma diligência não somente junto destas, mas de todo o comércio local, para ter conhecimento de quais as dificuldades com que se têm deparado no âmbito da Pandemia, e que não sejam as mesmas a procurarem a Câmara Municipal, devendo a Autarquia ter um papel activo e não reactivo, ou seja, no sentido de saber quais as medidas em que pode apoiar os empresários dentro das suas possibilidades. Ainda sobre a listagem de empresas apresentou um gráfico com o número de empresas existentes no concelho de Góis e nos concelhos limítrofes, nomeadamente Arganil, Lousã, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares, o qual apresenta também o número de trabalhadores que estas empregam, pelo que pela sua análise se pode concluir que Góis é o concelho com o menor número de empresas e empregados, referindo também que o Concelho de Góis é o que apresenta o menor volume de negócios. Efetivamente o número de empresas existentes fala por si, sendo de todo importante um crescimento neste sector.-----

-----Por último, fez referência aos incêndios do ano de 2017 porquanto pôde constatar através da



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imprensa que irá ser feito pela Infraestruturas de Portugal, I.P, um memorial o qual terá o valor de 1.800.000,00€, questionando se as situações relativas às habitações do concelho de Góis se encontram resolvidas, uma vez que no final de setembro do passado ano deslocou-se a Ádela na União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal, deparando-se com habitações que foram devastadas pelo incêndio, as quais não foram intervencionadas, e que se encontram em perigo de ruir. Face ao exposto questionou se estas situações se encontram acauteladas para que num futuro próximo não haja qualquer dissabor por causa do desmoronamento de parte destas habitações para a via pública pondo em causa a segurança de pessoas e bens que nela circulam.-----

-----O deputado José Carlos Rodrigues Garcia iniciou a sua intervenção fazendo a alusão a que a presente sessão poderia ser realizada presencialmente por existirem condições na Casa da Cultura para esse mesmo efeito.-----

-----Seguidamente, referiu que se aproximando a época balnear é de todo importante que as praias fluviais e espaços de lazer estejam em condições para que possamos receber todos quantos têm intenção de usufruir dos mesmos esperando que à semelhança do ano transacto o concelho possa ser novamente uma aposta no turismo, pelo que alertou para que os trabalhos necessários sejam atempadamente realizados. Relembrou ser importante que o muro na Praia Fluvial de Canaveias seja intervencionado antes no verão para que este espaço esteja nas devidas condições para acolhimento de quem nos visita. Ainda neste espaço referiu a necessidade de os terrenos adquiridos pela Câmara Municipal serem também limpos de forma a que toda a envolvente a esta praia reúna todas as condições para que sejam desfrutados bons momentos de lazer. Ainda na freguesia de Vila Nova do Ceira referiu que a estrada de acesso à localidade de Monteiro se encontra perigosa, podendo até mesmo ruir parte desta, pelo entende que deve ser dada prioridade à sua reparação no sentido de que não seja um factor propício à ocorrência de acidentes e que em situação de as terras vagarem a população não fique sem qualquer ligação para entrar/sair da aldeia. -----

-----No que concerne aos meios financeiros direccionados à recuperação do País a vários níveis, nomeadamente a apelidada “bazuca financeira”, referiu ser importante uma reflexão de todos no que concerne ao Plano de Recuperação e Resiliência, sendo do seu conhecimento a reunião promovida pela CIM RC sobre esta temática, na qual pôde verificar a preocupação desta Comunidade Intermunicipal relativamente à disponibilidade de verbas para os territórios do interior, pelo que entende que terá que haver um maior empenho de todos para que estes territórios possam vir a ser contemplados também com esses meios financeiros, e não esquecidos como sempre, nomeadamente



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o concelho de Góis. Referiu ainda, o estudo que a CIM RC irá fazer à EN17 para melhoria das acessibilidades, estudo esse que deixou o nosso concelho de parte, sendo sua ótica que deve o Município de Góis ser também contemplado, uma vez que é também um Município de Góis servido por esta acessibilidade, fazendo todo o sentido haver também uma reivindicação por nossa parte. Referiu que se estas verbas não foram devidamente aproveitadas e se não houver qualquer tipo de manifestação vamos naturalmente ficar mais pobres e distantes dos outros concelhos, fazendo alusão a Belmiro de Azevedo quando referiu que “a economia só se sente quando sentimos dinheiro a entrar no nosso bolso”, concordando que efetivamente temos que ter dinheiro no nosso bolso e não ficarmos somente com “vão-nos dar dinheiro”, uma vez que se tivermos dinheiro as empresas funcionam e poderá haver investimento em várias áreas, pelo que somente ao pensar-se investir no litoral o interior ficará sempre estagnado. É um facto que a culpa não é dos municípios porque lutam em prol do seu desenvolvimento, mas temos que nos unir, ainda mais, para que o interior também tenha desenvolvimento. Ainda sobre desenvolvimento referiu ter lido no Diário de Coimbra que a senhora Presidente e o edil de Arganil iriam falar em sede da CIM RC sobre a possibilidade de o Metro Bus fazer chegar-se a ambos os concelhos, concordando com esta posição por entender ser importante, contudo referiu que será também um assunto que ficará somente pela intenção, porquanto não iremos ter o apoio necessário para que venha ser uma realidade. -----

-----A deputada Maria do Céu Simões Alves referiu que a sua intervenção irá ser no sentido de elencar algumas situações sobre as vias de comunicação do concelho, nomeadamente sobre estradas municipais, esperando que a senhora Presidente informe das démarches que estão ou que venham a ser tomadas relativamente às mesmas. Uma das vias de comunicação é a que faz ligação à localidade de Corterredor, e pela informação que dispõe é que poderá haver perigo de derrocada, situação idêntica na estrada de acesso à aldeia de Ádela, salientando que a Câmara Municipal já efetuou procedimento concursal para a arranjo da situação não tendo havido proponentes pelo que o estado da mesma se tem vindo a deteriorar ainda mais, sendo que ao prolongar-se esta situação a situação de perigo na circulação desta via também aumenta. Referiu a existência de uma outra situação de perigo de derrocada na estrada de ligação de Ádela a Selada das Eiras, concelho de Arganil. Uma outra situação que se prolonga há algum tempo é na estrada que serve a povoação de Povorais, facto já várias vezes falado em sede de Assembleia Municipal, realçando que a senhora Presidente informou que esta situação estaria em fase de adjudicação, pelo que questionou qual o ponto de situação relativamente à reparação desta via. A estrada de acesso à aldeia de Monteiro, já referenciada pelo



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputado José Carlos Garcia, cujo estado poderá vir a impedir a circulação de pessoas e bens, situação idêntica de derrocada em Mega Cimeira, pensando que este facto é do conhecimento da Câmara Municipal, pelo que é importante dar resposta às pessoas. Quanto à circular externa de Cortes questionou qual o ponto de situação sobre o início desta obra. Fez ainda alusão ao estado lastimável em que se encontram duas estradas, pondo em risco a circulação de viaturas sendo estas a de acesso ao Vale Torto e à Pena, sendo que para além de serem estradas essenciais de acesso às respetivas povoações, uma destas, a de acesso à aldeia de Pena, está incluída num circuito turístico, a qual tem uma maior afluência por quem visita as Aldeias do Xisto, pelo que é de todo importante haver um olhar atento e um projeto de reparação e requalificação das estradas que elencou porquanto as nossas populações assim o merecem, bem como o concelho, e a expectativa que se tem em termos de investimento turístico. Quanto à intervenção realizada na EN342 – Pontão do Seladinho questionou se a empreitada já se encontra concluída, uma vez que teve oportunidade de ler que a mesma se encontrava terminada, porém mantém-se o condicionamento na circulação de trânsito não entendendo o porquê desta situação. Uma outra questão é sobre a colocação de um silo para salgema, pelo que questionou o porquê de o concelho de Góis ter sido escolhido pelas Infraestruturas de Portugal e se o local escolhido para sua instalação foi por indicação da Câmara Municipal e qual a resposta que esta infraestrutura pretender dar ao concelho. -----

-----Seguidamente referiu que irá fazer referência àquilo que nos temos vindo a aperceber no trato de assuntos que são muito importantes para o concelho e que são tratados com entidades externas, sendo esses sérios e de suma importância para Góis. Porém, é visível que o mesmo e determinado assunto é tratado e acompanhado, designadamente nas reuniões com as respetivas entidades externas competentes, ora pela senhora Presidente, ora pelo senhor Vice-Presidente, bem como pelo senhor Secretário do GAP ou outro, o que claramente é prejudicial na diligência e atenção devida e em pormenor que tais assuntos merecem e exigem, com resultado de acompanhamentos ineficientes e suscetíveis de falhas e negligências, permitindo inclusive, o que assistimos frequentemente, a respostas sobre o conhecimento e o acompanhamento dos assuntos, como um “sacudir água do capote”, com imputação de culpas, saberes, entre os vários, ouvindo-se com frequência que não sabe porque foi o outro que esteve presente, ou que tratou, ou que estava incumbido de tratar. Facto que acontece em prejuízo dos interesses inerentes para o concelho de Góis, o que revela falta de organização, disciplina e responsabilidade na delegação e assunção de assuntos pelo Executivo camarário, sendo que tal diversão de pessoas a tratar os assuntos com as respetivas entidades de



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intersecção também não prestigia o empenho e representação dos interesses do concelho de Góis, porque ora sendo interveniente um representante, ora outro, desvaloriza a importância que o assunto tem para o concelho. Apenas a título de exemplo, entre outros que já aconteceram, foi exatamente este facto que conferiu pela leitura que efetuou da análise da ata da reunião da Câmara Municipal de 26.01.2021 sobre o assunto EEA Grants, que corresponde ao assunto do ponto 1 da Ordem do Dia da presente sessão, sendo apenas uma perspetiva e um sentido de chamada de atenção por entender ser um comportamento que deveria ser alterado por parte do Executivo.-----

-----Relativamente ao período que temos vivido referiu que este deixa-nos sem vontade de fazer alusão aos acontecimentos que nos dão alegria e felicidade, contudo referiu que se prevalece para publicamente endereçar os parabéns ao Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares pelo seu 40º Aniversário, sendo seu mentor o Padre Ramiro Moreira, que edificou uma instituição de relevante resposta social, de apoio às pessoas idosas através das respostas sociais de Lar e de apoio ao domicílio, bem como em respostas de âmbito da creche, jardim de infância, apoio à família, apoio à comunidade em termos sociais, sendo a maior entidade empregadora da freguesia de Alvares, pelo que se prevaleceu para agradecer todo o trabalho realizado em prol da comunidade. Referiu que o seu agradecimento é extensivo a todas as IPSS's do concelho pelo trabalho desenvolvido neste momento extremamente difícil que atravessamos, reconhecimento extensivo a todas as Instituições que as têm apoiado, designadamente, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis e Câmara Municipal de Góis, bem como a todos os voluntários que têm prestado tarefas de apoio nas IPSS's, face à incidência de casos de COVID-19 nos funcionários. -----

-----Terminou a sua intervenção apresentando, em nome do Grupo Municipal de PSD, a Moção intitulada "POR MELHORES ACESSIBILIDADES PARA GÓIS: EN 2 / EN 342 / IC6 / IP3/ Metro Mondego", a qual constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----"Há mais de 3 décadas que se reclamam como necessárias e prementes melhores acessibilidades para o concelho de Góis. A entrada e saída no concelho de Góis, faz-se pelas suas estradas principais, sendo a EN2 a que atravessa a maior parte do concelho, fazendo a ligação com o Concelho de Vila Nova de Poiares na zona do Alto do Arrassaio em Vila Nova do Ceira, até à ligação com o Concelho de Pedrogão Grande na Ponte de Mega em Alvares (entroncando nesta estrada, na Portela do Vento, a EN112 que liga ao Concelho da Pampilhosa da Serra) e a EN342 que faz a ligação com o Concelho da Lousã na zona de Albergaria (Ponte do Sótão) até à ligação com o Concelho de Arganil junto da localidade de Sequeiros. Desde os anos 80 que se fala na requalificação do traçado, ou uma variante à



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estrada EN 342, tendo sido realizados vários estudos e projetos que, inclusive, determinaram servidões “non aedificandi”, condicionando desta forma as pretensões de vários munícipes, proprietários de terrenos afectados por estas servidões, cuja esperança de uma nova estrada que os servisse, culminou com a declaração nº 33/2020 do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., publicado no diário da república de 7 de Abril de 2020, com a “Caducidade da zona de servidão non aedificandi do estudo prévio da variante à EN 342 Lousã -Góis -Arganil e à EN 342 Arganil –Côja”, ou seja, projetos nunca realizados para o concelho de Góis. Em 2008 o Estado determinou o lançamento do concurso público da designada Concessão do Pinhal Interior, que integrava entre os demais itinerários, a EN 342, troço em serviço entre Miranda do Corvo (IC 3) e a Lousã; EN 342, entre a Lousã, Góis, Arganil e Côja, incluindo ligação ao IC 6, com a redefinição e continuação, em 2015, pela Resolução de Ministros nº 65-B/2015, publicado em diário da república de 28 de agosto. A EN 342, desde Soure, Miranda do Corvo e Lousã e recentemente entre Arganil e Côja, sofreu nos últimos 20 anos, várias requalificações, novas variantes, novos traçados, novas ligações, com notória melhoria de acessibilidades naqueles concelhos. Pelo contrário, no total dos quilómetros da EN342 que liga e atravessa o concelho de Góis, não teve qualquer investimento de requalificação, de novo traçado, de opção à sua travessia, mantendo-se igual como sempre, com as mesmas características de estrada estreita, acidentada, sinuosa, a serpentear a morfologia do território. Por sua vez, têm beneficiado de vários investimentos Arganil, com requalificação da EN342, Tábua e Oliveira do Hospital, com prolongamento do IC6 e variante à EN17 conhecida estrada da Beira e requalificação de acesso ao IP3, a Lousã com variante de ligação à EN17.-----

-----O concelho de Góis não viu realizar-se nenhum investimento nas suas vias de circulação rodoviária, que lhe permita o acesso mais célere, eficiente e em melhores condições, quer à A13, A1, IC6, IP3, IP5, a permitir a proximidade desejável quer à sua capital de distrito, Coimbra, quer às principais cidades do País, Lisboa ou Porto, ao Litoral mais próximo, Figueira da Foz e Aveiro, às cidades de interior, Viseu, Covilhã e Guarda. Continuamos, por desigualdade de tratamento, cada vez mais desaproximado do Portugal! Inclusive, a proximidade de acesso ao IC8, com ligação à A13, quer da Pampilhosa da Serra, quer da freguesia de Alvares, faz deslocar a circulação rodoviária com destino a Coimbra, que antes se fazia pelas EN2 e EN342, e, portanto, pelo concelho de Góis, acentuando a falta de dinamismo vertido nos vários setores, humano, social e económico do concelho de Góis.-----

-----Mesmo na linha ferroviária, cujo projeto inicial contemplava Góis e Arganil, parou em Serpins, concelho da Lousã e, assim, se mantém no projeto em curso do Metro Mondego!-----



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Recentemente foi publicitado um projeto da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra em parceria com a Infraestruturas de Portugal, sobre a viabilidade de uma variante à estrada nacional 17 (EN17), entre o nó de Ceira da A13, Ponte Velha na Lousã e com ligação de Vila Nova de Poiares ao IC3 e IC6, a proporcionar melhores condições de acessibilidade aos concelhos do interior. Mais um projeto que, apesar de ser uma mais valia para a região, lamentavelmente, volta a não contemplar diretamente o Concelho de Góis. Não podemos aceitar que se continue a omitir o concelho de Góis como se não existisse no mapa do país e da região e, por isso, reclamamos como necessidade imperiosa e urgente que tal projeto contemple a sua extensão de acesso do concelho de Góis ao IC6 e IP3 na ligação entre Coimbra e a Covilhã. Igualmente, se reclama como necessidade imperiosa e urgente que o projeto do Metro Mondego estenda a sua ligação ao concelho de Góis.-----

-----O concelho de Góis tem sido, reiteradamente, esquecido pelos sucessivos governos, relegado, omitido na sua necessidade essencial e transversal para uma verdadeira e séria coesão territorial, social e económica, que é a melhoria das suas acessibilidades. Esse é o investimento essencial e determinante, capaz de convencer a fixação de pessoas e empresas, de melhorar as condições de vida das populações e de satisfazer os seus anseios e necessidades de deslocação, em condições de qualidade, segurança, eficiência e igualdade, em equiparação com os investimentos feitos nos concelhos vizinhos. -----

-----Acreditamos que será a única esperança capaz de opor-se ao facto real, não só da emigração, também relacionada por conjunturas difíceis nacionais, mas à conhecida imigração que ocorre dentro da própria região, das pessoas e famílias a deslocarem-se para concelhos vizinhos, decorrente desta desigualdade de investimentos dentro da mesma região. Só, assim, poderemos combater o abandono do território e o despovoamento acentuado que se verifica. -----

-----Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Góis, na sua reunião ordinária de 26/02/2021, delibere:-----

-----Manifestar total repúdio pela falta de investimento e não realização de qualquer obra de requalificação, novo traçado ou variante à EN342, no traçado de ligação entre Lousã, Góis e Arganil.--

-----Exigir que a requalificação, novo traçado ou variante à EN342, no traçado de ligação entre Lousã, Góis e Arganil, seja uma realidade, a par do que já aconteceu ou está a acontecer em toda demais extensão.-----

-----Exigir que o estudo de viabilidade para implementação de variante à EN17, recentemente publicado promovido pela CIM da Região de Coimbra em parceria com a Infraestruturas de Portugal,



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contemple uma ligação ao concelho de Góis de forma a permitir a este concelho ainda mais do interior, a ligação ao IC3 e IC6. -----

-----Reclamar que o projeto do Metro-Mondego seja repensado, onde deverá ser incluída uma expansão do traçado com ligação ao concelho de Góis.-----

-----Enviar esta Moção para: Senhor Presidente da República; Senhor Presidente da Assembleia da República; Senhor Primeiro – Ministro; Senhor Ministro das Infraestruturas; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra”.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que a proposta apresentada é um direito dos deputados, realçando ser uma Moção extensa pelo que merecia que a mesma tivesse sido, atempadamente, do conhecimento de todos os Grupos Municipais para que a pudessem discutir. Neste sentido, referiu que desejava que os líderes das respetivas bancadas se pronunciassem sobre a Moção apresentada.-----

-----Interveio o senhor líder da bancada do PS referindo que aquando a apresentação de outras moções, em sede de Assembleia Municipal, com o mesmo cariz de importância para o nosso território, foi previamente dado conhecimento a todos os grupos municipais para que esta fosse objeto de discussão e para que todos forças partidárias pudessem apresentar o seu contributo para que, posteriormente, saísse uma única moção, por entender que se trata de uma questão importante e pertinente que o seu sentido acaba um pouco por ficar esvaziado bem como a sua capacidade reivindicativa pelo facto do Grupo Municipal do PSD se ter tentado isolar na apresentação desta Moção. Referiu que a mesma será objeto de aprovação, não tendo qualquer sentido se o fosse de outra maneira, lembrando que moções idênticas foram apresentadas no passado, sendo que o PS tentou sempre as discutir para que estas não fossem apresentadas de forma unilateral, ainda que fossem aprovadas, mas que fosse um documento que tivesse mais força sendo elaborado e apresentado de forma conjunta. Referiu a existência de algumas questões políticas que estão associadas a estas questões das acessibilidades sendo que lhe parece que a moção se esqueceu de referir que a nova obra da EN342 que estava lançada e adjudicada parou precisamente por mão do Governo do PSD, na pessoa do senhor Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, e, que posteriormente, a isso já num Governo do PS, a obra da EN342 o novo piso, sinalética e a proteção foi feita por iniciativa e por adjudicação do Governo PS. Referiu que tal facto não foi referido, não sendo totalmente verdade que não tenha havido obra nenhuma junto ao concelho de Góis, houve sim, entre



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Lousã e Arganil, tendo havido essa correção, sendo o que está a acontecer a partir de Arganil, Coja e outras localidades, é uma obra semelhante àquela que aconteceu entre a Lousã e Arganil. É de toda a justiça, sendo que em quase todas as sessões deste órgão é trazida à coação essa reivindicação, pelo que na presente proposta apresentada pelo PSD o PS se revê na mesma irá apoiá-la porquanto esta reivindicação das acessibilidades é um assunto premente e importante. Referiu ainda, que também as questões da coesão territorial e da solidariedade devem estar sempre presentes, tendo sido objeto de intervenção o estudo da EN17 que deveria incluir também Góis, opinando que não tem que incluir necessariamente, existindo vários problemas os quais, devendo estes serem resolvidos faseadamente, não devendo ser resolvidos todos de uma só vez em virtude de correremos o risco de nada ser feito, sendo que nesta fase isso é bastante importante para Góis, como o é para outros concelho, se for feito um estudo de viabilidade e se se conseguir alcançar a correção da EN17, entre Coimbra e Vila Nova de Poiares e ligação ao IP3 isso irá beneficiar fortemente o concelho de Góis. -----

-----Interveio o senhor líder da bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis referindo que a sua bancada irá se associar ao conteúdo da Moção apresentada, sendo o assunto transversal àquilo que é estruturante para o nosso concelho, salientando que também lamenta que um documento que deveria ser um reforço do interior da comunidade passa a ser partidário e tem o impacto que tem, porém as preocupações são comuns e daí o interesse. É um facto que lamentamos o interior, somos muito poucos, mas quando nos dividimos ainda somos muito menos, pelo que se tivéssemos unido as três forças num documento comum naturalmente que teria um outro peso institucional.-----

-----Interveio o senhor líder de bancada do PSD referindo que o Grupo do PSD apresentou a Moção da mesma forma que outras moções foram apresentadas e debatidas em sessão da Assembleia Municipal. Referiu que o PSD entende ser este o momento chave para reivindicar a questão das acessibilidades tão importante para o desenvolvimento e para um futuro mais promissor do concelho de Góis, salientando estar em discussão pública um Plano de Resiliência para a chamada “Bazuca Europeia”, a qual tem muitos milhões associados, pretendendo-se cativar as empresas e a economia portuguesa e nós acreditamos que este é o momento chave para colocarmos Góis no mapa reivindicativo das reais necessidades, porque todos falaram em campanha no interior, contudo o interior não é todo igual, sendo Góis num interior profundo, interior desertificado, podendo-se comparar a uma ilha de difícil caminho. Referiu surpreender-se ouvir nas intervenções comentários político partidários porquanto a única bandeira que o PSD colocou nesta moção foi a melhoria das



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

condições para quem vive e visita Góis. Acrescentou que desejamos a promoção do concelho, sendo que no teor da referida Moção não foi feita qualquer referência a partido nenhum, tendo sido focado os sucessivos Governos, sendo que o documento tem abertura total para ser discutido pelo órgão deliberativo e ouvir contributos, realçando que devemos ser sinceros com todos quantos nos estão a ouvir, ou seja, o PSD apresentou esta Moção e após a sua aprovação a mesma será remetida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, enquanto representante da Assembleia Municipal de Góis, e não como representante de qualquer força partidária, sendo a única bandeira que se está a defender é única e exclusivamente Góis.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu tratar-se de uma Moção muito importante, sendo que devido à sua extensão merecia que tivesse sido distribuída antecipadamente à presente sessão a todos os Grupos Municipais para que a pudessem analisar e, eventualmente, pudessem dar algum contributo, realçando que esse procedimento teria de ter sido vontade de quem propôs a citada Moção, pelo que cabe à sua pessoa pôr o documento à votação.-----

-----Posta à votação a Moção “POR MELHORES ACESSIBILIDADES PARA GÓIS: EN 2 / EN 342 / IC6 / IP3/Metro Mondego” foi aprovada, por unanimidade, a qual será remetida às respetivas Entidades constantes na mesma.-----

-----Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à deputada Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões.-----

-----A deputada Maria Olinda Bandeira das Neves Almeida Simões iniciou a sua intervenção congratulando a Lousitânea – Amigos da Serra da Lousã e a Trans Serrano - Aventura, Lazer e Turismo, Lda, pela “Corrida do Entrudo Virtual” reputando-a de uma iniciativa de sucesso, felicitações extensivas ao jovem Tiago Cerveira pelos prémios alcançados tanto a nível nacional, como internacional, pelo documentário “A Máscara de Cortiça”, sendo que com estas iniciativas culturais o concelho de Góis foi bastante promovido e divulgado.-----

-----No que concerne à Unidade Móvel de Saúde referiu que efetivamente será uma mais valia para o nosso território esperando que esta possa vir a fazer um trabalho meritório junto da nossa população, nomeadamente da mais idosa. Quanto à Praia Fluvial de Alvares manifestou o seu agrado por esta obra se encontrar concluída assim como o Bar/Restaurante de apoio a esta infraestrutura de lazer, que oportunamente será por si visitada, sendo um espaço de lazer agradável e bem-sucedido nesta freguesia. No que concerne ao Plano de Vacinação, referiu ter estado presente no Centro de Saúde de Góis aquando se iniciou o mesmo, dirigido a pessoas com mais de 80 anos, tendo-se



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apercebido dos procedimentos tomados os quais reputa de rigorosos. Referiu que, no dia de ontem, teve início a vacinação do grupo de pessoas com mais de 64 anos, as quais integram o grupo dos 50 aos 64 anos, sendo que numa outra fase serão vacinadas as pessoas entre 65 a 79 anos. Referiu ter conhecimento da existência de pessoas com mais de 80 anos, portadores de patologias graves, que não foram contactadas para a vacinação, pelo que dirigiu a questão à senhora Presidente de qual o procedimento que estas pessoas terão que tomar para que possam vir a ser vacinados, salientando que duas pessoas se dirigiram ao Centro de Saúde com essa mesma questão e obtiveram como resposta que os procedimentos que estavam a ser tomados eram de acordo com as indicações superiores. Ainda sobre as vacinas que se encontram a ser ministradas, referiu que são diferentes tendo em conta a idade das pessoas, pelo que questionou também se caso algumas pessoas ainda não tomaram a 1ª dose da vacina, se estas poderão naturalmente, após a chamada de outros, poder tomar a mesma. -----

-----Referiu que um outro assunto que iria expor é sobre a obra nos taludes na EN342, Pontão do Seladinho, porquanto no dia 20.10.20, foi publicada uma notícia num diário regional, que as Infraestruturas de Portugal tinham dado como terminada a empreitada no dia 15.10.20, pelo que questionou se esta se encontra concluída o porquê de neste troço ainda estarem colocados semáforos e o trânsito circular alternadamente. Referiu ser visível o perigo de derrocada da barreira, sendo que a rede que foi colocada não foi em toda a sua extensão, sendo que com os trabalhos realizados podemos concluir a importância do desvio pelas “barreiras vermelhas”, sendo que no princípio da referida obra pode visualizar que aquando a passagem neste desvio também existia uma derrocada, bem como imensas pedras no piso. Referiu ser do seu conhecimento que a senhora Presidente se deslocou ao local para verificar a situação e que deu indicações para que esta fosse remediada. Efetivamente referiu que se trata de uma obra que não será de fácil resolução, porém é visível a circulação de trânsito neste troço sendo que se não se efetuarem os necessários trabalhos para corrigirem a situação definitivamente poderá vir a acontecer uma tragédia nesta zona. Face ao exposto, questionou a senhora Presidente se é intenção da Câmara Municipal efetuar a reparação deste desvio para que se possa circular em segurança. -----

-----Terminou a sua intervenção, dirigindo o seu agradecimento a todos quanto colaboraram e contribuíram nesta fase em que a Pandemia COVID-19 teve bastante ativa no concelho, salientando que todos estes voluntários nunca sejam esquecidos.-----

-----O senhor deputado Manuel Enéscio de Almeida Gama manifestou a sua satisfação de todos os



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

presentes estarem bem de saúde, uma vez que na qualidade de profissional de saúde é um registo bastante importante, face ao momento que todos atravessamos. Relativamente ao período que atravessamos apraz-lhe fazer uma breve alusão quanto aos procedimentos que se encontram a ser tomados em Góis. Referiu que, presentemente, o Centro de Saúde de Góis dispõe de dois médicos, sendo que um profissional não se encontra a exercer a tempo inteiro as suas funções, pelo que todos quanto trabalham nesta unidade se têm empenhado, ainda mais, para dar resposta a todas as situações, realçando que as suas palavras são extensivas aos profissionais de enfermagem, na Pessoa da senhora Enf.ª Isabel Afonso. Referiu que a par com esta Técnica tem colaborado no âmbito do Plano de Vacinação, sendo que no dia de amanhã, irá também colaborar com toda a Equipa, reputando de excelente o trabalho que está a ser realizado em Góis. Prevaleceu-se para felicitar a senhora Presidente da Câmara Municipal, na qualidade de responsável da Proteção Civil, porquanto o trabalho que se está a ser realizado está muito bem coordenado. Relativamente aos casos existentes nas IPSS's do concelho referiu que se verificaram casos no Lar de Alvares, não se registando nenhum caso no Lar de Cortes, segundo informação de um seu colega de profissão, registando-se também casos no Centro Social Rocha Barros, sendo que não foi registado qualquer caso no lar da Santa Casa da Misericórdia de Góis, Instituições onde colabora profissionalmente, realçando terem-se registado no total quatro falecimentos por COVID-19. Referiu ainda a excelente colaboração e parceria entre todas as Instituições do concelho para que sejam criados alicerces para um futuro para que possamos todos juntos vencer esta Pandemia. Terminou, mencionando que assim como transmitiu a sua alegria de todos estarem bem, apraz-lhe aconselhar que todos sejam vacinados.-----

-----O deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia iniciou a sua intervenção fazendo alusão ao Voto de Pesar atribuído pelo falecimento do senhor "Vitó", como todos chamavam carinhosamente Vítor Manuel Nogueira Dias, que exerceu funções como Presidente da Câmara Municipal de Góis, tendo sido um autarca, na verdadeira aceção da palavra, que muito pugnou por Góis não somente enquanto autarca, mas também naquela que foi a sua vida profissional e pessoal. Porém, pretende também propor um Voto de Pesar pelo falecimento da senhora D. Maria Gracinda Dias Correia Enes, Mãe da esposa do senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----No âmbito da Pandemia apraz-lhe registar o seu lamento, pelo facto deste período que atravessamos abranger muitas famílias que viram a sua vida e o seu agregado familiar de alguma forma alterada. Porém, manifesta o seu reconhecimento a todos aqueles que estão envolvidos seja profissionalmente ou através das suas funções de voluntariado, ou até mesmo das suas funções



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

autárquicas, sendo exemplo disso os Bombeiros Voluntários de Góis, os diversos Agentes da Proteção Civil, a Câmara Municipal e as Freguesias, as Instituições Públicas e Privadas, algumas Empresas, dando uma atenção especial às IPSS's que têm a seu cargo lares das 3ª idade, unidades estas que têm sentido uma forte pressão, quer do pessoal, quer de todos quanto se encontram institucionalizados nesses locais. Uma palavra importante a todos quantos se encontra na linha da frente desta Pandemia, quer seja nas equipas de COVID-19, quer sejam aqueles que em outras funções no ramo da saúde naturalmente dão o seu contributo, sendo exemplo disso o testemunho do deputado Manuel Enésio de Almeida Gama, pelo que na pessoa dos senhores deputados o médico Manuel Enésio de Almeida Gama e da enfermeira Ana Andreia Antão Barata agradece a todos quantos, diariamente, cuidam dos doentes afetados por esta pandemia.-----

-----No âmbito das últimas eleições presidenciais, referiu que lhe apraz dirigir uma breve palavra de felicitação pela reeleição do senhor Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, como Presidente da República Portuguesa, fazendo votos que este mandato decorra nas melhores condições, e que seja possível durante este tempo receber o senhor Presidente da República no concelho de Góis, mas que sejam por razões boas e não menos boas, como já nos visitou aquando a ocorrência de acontecimentos trágicos. -----

-----No âmbito das eleições para o Secretário Executivo da CIM RC, apraz-lhe apresentar felicitações ao Dr. Jorge Brito pela sua eleição em Assembleia Geral da Comunidade Intermunicipal, para novamente ocupar o cargo de Secretário Executivo, fazendo votos de um bom trabalho.-----

-----Proseguiu fazendo alusão a uma publicação, assinada por um antigo autarca de Góis, a qual incidia sobre a questão da fusão de duas freguesias, sendo estas as freguesias de Cadafaz e do Colmeal, que se fundiram sendo, presentemente, a União de Freguesias de Cadafaz e do Colmeal. Referiu a existência de um projeto de lei em Assembleia da República que irá permitir que as freguesias extintas possam ser repostas, realçando tratar-se de um assunto para o qual todos nos devemos preparar para o discutir, porque esse processo de extinção das freguesias, ocorrida por iniciativa do Governo do PSD seguindo as exigências da troika, acabou por levar à perda de identidade desses territórios, bem como da perda de proximidade, representatividade e participação dos próprios cidadãos, confirmando aquilo que se perspetivava que seria um acréscimo de dificuldades. Acrescentou que do seu ponto de vista não trouxe qualquer tipo de poupanças, sendo importante que percebamos que quando o assunto vier à discussão, o qual possivelmente numa primeira fase será objeto na própria freguesia, ou até mesmo nas duas freguesias fundidas, sendo o assunto também presente à Câmara Municipal e



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal. Sendo sabido que se tratam de freguesias com pouca população, porém entende que a fusão de freguesias contribuiu, significativamente, para um maior afastamento das pessoas, daquilo que é a causa pública e os seus representantes locais, renovando que se trata de um assunto que merece de uma reflexão num futuro próximo.-----

-----De seguida, fez alusão ao lançamento de concurso público por parte da CIM RC para elaboração do Estudo de Viabilidade para implementação de Variante à EN 17, realçando tratar-se de um eixo e de uma opção que consta daquilo que são as prioridades que estão inscritas na visão estratégica da CCDRC, ou seja, é algo que é considerado importante por todos reconhecerem que a EN17, principalmente no percurso entre Vila Nova de Poiares e Coimbra, sendo uma via que serve as populações locais, não se traduzindo numa via rápida, não sendo possível circular nas melhores condições de segurança por se tratar de uma estrada que atravessa muitas povoações. É sua opinião que o referido estudo faz sentido para criar condições para que seja viável a construção de uma alternativa. Salientou que a questão das acessibilidades é um assunto várias vezes abordado em intervenções do órgão deliberativo, tendo sido ora aprovada uma Moção nesse sentido, nomeadamente no que concerne às acessibilidades ao interior do país e a ligação entre a A13, terminando esta em Ceira, estando prevista a ligação entre o final desta e Souselas. Contudo, a haver uma ligação à zona de Poiares, a sul do rio Mondego, que faça também a ligação à zona de Mortágua e Penacova e que possa entroncar naquela que será a futura autoestrada Viseu-Coimbra, fazendo ligação direta à A1 e A13, sendo esta ligação importante a par do prolongamento com o IC6, conforme foi anunciado. Contudo, referiu que isto não tira aquilo que é a legitimidade de Góis e dos outros concelhos, porque todo este processo tem de ser visto numa lógica de solidariedade entre municípios, bem como numa lógica de coesão territorial que a situação da EN2, nomeadamente entre Vila Nova de Poiares, Góis e Pedrógão tenha que ser reanalisada e atenção, porque para ela ter o perfil e o trato que presentemente tem, não estando nas perfeitas condições, mas para estar como está teve que haver um processo de desclassificação para que os municípios por si realizassem essa obra, quando efetivamente não o teria que ser assim, i.e., deveria ser uma estrada nacional sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal e ter a devida correção por ser uma estrada importante para a região, sendo nos dias de hoje a principal estrada turística do país. Acresce a todo este processo a conclusão da ligação da EN342 num perfil corrigido entre a Lousã, Góis, Arganil com ligação ao IC6 fará todo o sentido, conforme foi reivindicado neste Moção que foi aprovada por unanimidade. -----

-----Sobre a Unidade Móvel de Saúde entregue recentemente à Câmara Municipal no âmbito projeto



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Unidade Móveis de Saúde na Região de Coimbra”, promovido pela CIM RC em parceria com a ARSC, referiu ser importante na prestação de apoio à população, especialmente às pessoas com mais vulnerabilidade, através da presença de equipas multidisciplinares nas áreas de cuidados de saúde e apoio psicológico e social.-----

-----Terminou, dirigindo felicitações aos novos corpos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Góis e da Cooperativa Social e Agro-Florestal de Vila Nova do Ceira, sendo que em ambas as instituições existem elementos que integram esta Assembleia Municipal, votos extensivos ao Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares pelo seu 40º aniversário, onde várias pessoas colaboram em regime de voluntariado, recordando ter integrado os órgãos sociais durante alguns anos a senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

-----Concluiu a sua intervenção, referindo que durante a tarde teve a oportunidade de receber um e-mail da mesa da Assembleia Municipal relativo à uma reivindicação para aplicação às Comissões de Melhoramentos do tarifário especial para as instituições naquilo que respeita ao preçário do fornecimento de água pela APIN. Referiu que da análise feita ao documento, ainda que não tenha sido minuciosa, referiu entender que deveriam ser criadas as condições para criar esse preçário mais favorável, que era o que existia já anteriormente quando essa competência era da Câmara Municipal fazendo todo sentido que também o seja criado pela APIN. Face ao exposto, questionou sobre o ponto de situação desta problemática, nomeadamente a previsão para a realização dos procedimentos regulamentares necessários, porquanto entende que haver uma questão regulamentar que terá que ser ultrapassada, para a resolução desta questão para facilitar a vida a estas instituições que tão importante são para o concelho de Góis e para o regionalismo.-----

-----O deputado Nuno Miguel Almeida Alves iniciou a sua intervenção fazendo referência à distinção de PME Líder 2020 alcançada pelas empresas Trans Serrano - Aventura, Lazer e Turismo e a Prorresina - Produtos Resinosos, Lda, dirigindo ao deputado Amílcar José Barata Aleixo felicitações pelo prémio alcançado pela sua empresa, realçando que este prémio seja um incentivo para outras empresas de Góis.-----

-----Felicitou a Câmara Municipal, e a respetiva Equipa, pela iniciativa musical levada a efeito pelo artista Hélder Bruno, no dia 14.02.21, Dia dos Namorados, o que muito honra a cultura numa época em que esta se encontra estagnada, prevalecendo-se para lançar o repto para que se dê continuidade a este momento cultural e que sejam convidados, também, artistas do concelho.-----

-----De igual modo felicitou a Lousitânea pela atividade “A Corrida do Entrudo anda no ar”, ação que



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

contemplou vários momentos da nossa cultura tradicional ainda que fossem todos online o que contribuiu muito para a promoção e divulgação da nossa cultura carnavalesca.-----

-----No âmbito da Pandemia que vivemos referiu que já foram apontadas algumas manifestações de agradecimento a todos quantos têm dado o seu contributo para minimizar os efeitos da mesma, tendo o senhor líder de bancada do PS feito alusão aos elementos desta Assembleia Municipal, Médico e Enfermeira, pelo que também a sua pessoa deseja acrescentar mais dois elementos deste órgão, voluntários na Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, Joana Fonseca Tavares e Victor Manuel Fonseca Duarte, bem como a senhora Diretora Técnica da Santa Casa da Misericórdia de Góis, Ana Paula Rodrigues Gonçalves, que também se encontra na linha da frente.-----

-----No que concerne à presente sessão estar a ser realizada por videoconferência e transmitida na página do Facebook do Município de Góis, referiu que apesar de alguns condicionantes que se verificaram no início da mesma, entende que este é o melhor procedimento, porquanto é visível o afastamento das pessoas da política, nomeadamente dos jovens, sendo que pelos resultados das últimas eleições presidenciais pôde-se constar o nível de abstenção, facto que a todos nos deve preocupar, pelo que entende que é através destas plataformas que irá haver uma democracia diferente, mas mais participativa. Referiu ser consenso geral que a informação através dos meios online tem uma maior eficácia junto da população, ou seja, há uma melhor perceção do que é uma reunião da Câmara Municipal, bem como têm conhecimento de como é que funciona uma sessão da Assembleia Municipal, devendo ser por todos admitido que o contributo de todos os deputados tem sido mais proveitoso do que em sessões presenciais. Mais referiu que deseja acreditar que esta participação online é um mea culpa de toda a Mesa da Assembleia Municipal, mas sobretudo do Presidente da Assembleia Municipal, pois no ano transacto não foi realizada a sessão ordinária do mês de junho, tendo sido realizada mais uma reunião sem a participação do público, facto mencionado pelo PSD como grave para a participação democrática, infringia a lei, sendo que a lei contemplava esta oportunidade de reunir virtualmente. Acrescentou que muitas Câmaras o fizeram, Góis apesar de ter sido resistente, presentemente tanto o órgão Executivo, como o órgão Deliberativo realiza as suas reuniões e sessões online, sendo notório que através deste veículo de comunicação há uma maior envolvência das pessoas. Face ao exposto, propôs que, apesar da probabilidade de as próximas sessões puderem vir a ser realizadas presencialmente, que estas possam continuar a ser transmitidas na página do Facebook do Município de Góis. Ainda sobre as reuniões e sessões realizadas por videoconferência é possível verificarmos que ainda há zonas do concelho em que se verifica alguma dificuldade no



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acesso à rede de internet, realçando que neste momento todos os estudantes se encontram a ter aulas online, tendo o Governo se comprometido com uma total digitalização, sendo certo que estamos a terminar o segundo período sem os prometidos computadores, bem como uma internet eficaz, nomeadamente no nosso concelho, sendo exemplo disso a dificuldade que a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz tem no acesso à internet, bem como a existência de alguns alunos que se tiveram de deslocar para um alojamento local no concelho para que pudessem acompanhar o ensino à distância. Neste sentido, referiu que efetivamente uma boa rede no concelho é sem dúvida um bem, fazendo alusão a um projeto da ilha da Madeira denominado de “Aldeia Nómada”, realçando que muitas empresas irão adaptar-se a esta nova realidade, podendo as aldeias nómadas digitais ser uma alavanca para povoar territórios desertificados como é exemplo o nosso concelho.-----

-----O deputado referiu que não poderia deixar de assinalar o 164º aniversário de Baden-Powell, fundador do Escotismo, realçando todo o trabalho que é feito mundialmente nesta área, sendo Góis um exemplo, pelo que lhe apraz citar uma expressão sua “não existe ensino que se compare ao exemplo”, sendo que o exemplo pela forma como agimos e lideramos é sem dúvida o que nos distingue, sendo a mensagem que mais eficazmente passa. Esta sua citação, surge no âmbito do acompanhamento que tem feito das reuniões online da Câmara Municipal, sendo que se pode constatar por parte da senhora Presidente da Câmara Municipal a tentativa assídua de encontrar culpados de algumas pastas menos bem conseguidas. Apraz-lhe mencionar que um Presidente tem de ser para o bom e também para o menos bom, sendo óbvio que haverá sempre erros internamente, sendo de todo importante que estes não sejam expostos publicamente, porquanto a Equipa, certamente, não ficará motivada, e não será pela exposição pública que os problemas internos serão resolvidos, os quais terão muitas consequências para Góis, sendo que a sua intervenção é ao nível dos funcionários, bem como das Juntas de freguesias, autarquias estas muitas vezes apontadas sendo do conhecimento geral os poucos recursos que dispõe. -----

-----Relativamente ao Voto de Pesar atribuído a Vítor Manuel Nogueira Dias, por todos conhecido por “Vitó”, referiu que não poderia, na qualidade de líder da bancada do PSD, de também fazer menção a esta perda, salientando que todos lamentamos as perdas de vida no concelho de Góis, porém terá que mencionar algumas palavras de homenagem a este ilustre goiense. -----

-----Referiu que “Vítor Manuel Nogueira Dias foi Presidente da Câmara Municipal entre 1980 e 1982. Vítor Manuel Nogueira Dias nasceu em Góis a 24 junho 1934, filho de Francisco Rodrigues Dias e de Maria da Ascensão Nogueira. A sua infância acompanha as dificuldades sociais do ambiente da Beira



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Serra em plena segunda guerra mundial. A sua formação académica realizada entre Góis, Lisboa e Coimbra foi concluída em Arganil. Com uma tendência inata para a gestão e para as contas concluiu vários cursos da área, dos quais destacamos, Curso de Guarda-Livros, Curso de Técnicas de Apoio à Gestão, Curso de Competências em Tecnologias de Informação e Técnico Oficial de Contas. Colocando à prova as suas competências, inicia a sua atividade profissional como Caixeiro Viajante (Lisboa) e Escriturário (Lobito, Angola). De regresso a Góis exerce como Encarregado de Compras na Companhia de Papel de Góis, na Ponte de Sotam, colabora com Cassiano Alves Bandeira em Arganil e Tábua, em várias funções diversificadas de serviço de escritório, balcão, vendedor e bombas de combustíveis, Encarregado de Compras na Intape, Ponte de Sotam, Góis, Técnico Oficial de Contas do Goicense, Gabinete de Gestão e Serviços de Contabilidade, Lda e exerce funções de Gestor na firma António José & Filhos Lda. Profissional, mas, amante da sua terra, onde se destaca pelo seu inconformismo na qualidade de vida dos goienses, começa a ser conhecido de todos como o "Sr. Vitó" ou simplesmente "Vitó" para os amigos. Socialmente intervém, como destacado praticante Católico Apostólico Romano (denominação de seu gosto), incorporando o Grupo Coral da Paróquia de Santa Maria Maior em Góis e a Irmandade das Almas e Santos Passos de Góis. Distinto sócio do Sporting Club de Portugal, foi fundador do Núcleo de Góis do S.C.P. - Sportinguistas de Góis. Interventivo associativista em diversos órgãos sociais de Instituições do Concelho de Góis: Associação Educativa e Recreativa de Góis (chegando a ocupar o cargo de Presidente), Sopa dos Pobres de Góis, atual Centro Social Rocha Barros, Santa Casa da Misericórdia de Góis (chegando a ocupar o cargo de Provedor), Caixa de Crédito Mutuo "Bacia do Ceira" atual "Beira Centro" (Fundador), Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis (Bombeiro Voluntário desde a Fundação) e Corpo de Bombeiros Voluntários de Góis (chegando a ocupar o cargo de Comandante), Chefe na Reserva e detentor do Crachá de Ouro da Liga dos Bombeiros Portugueses desde 2006. A sua visibilidade política é de convicto social-democrata, como militante do Partido Social Democrata, intervindo como tal no seu Concelho de Góis, na disposição de melhorar as condições de vida dos seus conterrâneos ou dos seus fregueses, como fazia questão de enfatizar nas tertúlias de amigos e de companheiros. Fez parte da Junta de Freguesia de Góis em 1961, até ser eleito Vereador da Câmara Municipal de Góis (1961-1974 e 1977-1989). Foi eleito Deputado da Assembleia Municipal de Góis desde 1993, ano em que foi candidato à Assembleia da República pelo círculo Eleitoral do distrito de Coimbra. A sua convicção social e política forte fez com que fosse candidato à Presidência da Câmara Municipal de Góis em 1989 e 2013 e candidato à Presidência da Junta de Freguesia de Góis e Colmeal. Eleito para a Presidência da Câmara Municipal de Góis (16



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezembro 1979) entre 1980 a 1982 (em 44 anos de democracia, únicos anos de gestão social-democrata), foi no seu mandato que foi possível reatar e estreitar as relações com o regionalismo goiense, através da Casa do Concelho de Góis, acompanhando os Presidentes da Direção, José Maria N. S. Poiares (Dr.) e José de Matos Cruz e o Presidente do Conselho Regional, Carlos M. L. Baeta Neves (Prof. Eng.). Iniciam-se nestes anos as ações de estudo para a reconstrução e requalificação do espaço da sede da Casa do Concelho de Góis na Rua de Santa Marta com as dificuldades financeiras inerentes, mas, com a motivação de todos os envolvidos. Sócio da Casa do Concelho de Góis desde 4 abril 1957 sob proposta de seu pai Francisco, destaca-se pela sua dedicação a Góis pela via do apoio ao regionalismo em Lisboa e às Comissões de Melhoramentos em particular. No seu mandato como Presidente da Câmara de Góis, constituiu a génese de importantes realizações no terreno que contribuíram, à época, para o aumento da qualidade de vida das populações do Concelho, que o apoiaram globalmente, numa época em que o concelho fervilhava de ideias de desenvolvimento. Transformação e modernização em dezenas de intervenções que perduraram ao longo do tempo e nunca esquecidas pelos naturais e residentes no concelho de Góis. Completou a eletrificação de todas as povoações do concelho de Góis, construção da ponte da Cabreira, início das obras do Campo de Futebol Municipal em Góis, alargamento e legalização do Campo de Futebol de Vila Nova do Ceira, aquisição da falida Serração de Góis com incorporação dos trabalhadores como funcionários municipais, início da construção do edifício da Caixa Geral de Depósitos, construção de depósitos de água de 30.000 e 45.000 litros, ligações Peão - Samoura, Portela do Boiço - Amiosos - Obrais - Portela do Torgal, ligação Boiça - Mega Cimeira - Estevianas, ligação à EN2 por Milreu - Candeia - Mega Fundeira, ligação Chãs - Telhada - Pessegueiro. -----

-----Vítor Manuel Nogueira Dias exerceu as suas funções de Presidente da Câmara Municipal de Góis entre 1980 e 1982, anos da Presidência da República do Prof. Doutor General António Ramalho Eanes (militar e Filosofia Política) e tendo com Primeiros Ministros Dr. Francisco Sá Carneiro (Direito), Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral (Direito e Ciências Jurídico-políticas) e Dr. Francisco Pinto Balsemão (Direito). Vítor Manuel Nogueira Dias faleceu a 22 janeiro 2021, deixando a sua marca na sociedade goiense pela intervenção, algumas vezes pela polémica, nunca deixando de questionar abertamente os líderes e tinha sempre uma noção muito clara dos caminhos que social e politicamente deviam ser trilhados pelo concelho de Góis convicto da sua visão estratégica. O que mais o entristecia, nas tertúlias de amigos, era saber que liderou um concelho com 6.434 habitantes (censos 1981) que, com a desertificação e com políticas zigzagueantes se transformou numa realidade de 3.805 habitantes.



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu estar a citar o senhor Dr. Fernando Cunha que referiu que pessoalmente, foi o meu mentor de estratégia autárquica e de sociologia goiense baseada na experiência no terreno e fazia-me a deferência de me tratar por amigo. Foi um Grande e Ilustre Goiense. O Concelho de Góis ficou muito mais pobre e mais deserto de ideias.”-----

-----Terminou a sua intervenção, questionando o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a realização das reuniões das Comissão Municipais criadas em sede de Assembleia Municipal, algumas destas já reuniram anteriormente, como é o caso da Comissão Municipal de Acompanhamento das Obras dos Incêndios, bem como da Comissão Municipal de Saúde e da Comissão Municipal de Educação. De igual modo, questionou a senhora Presidente sobre o ponto de situação dos serviços prestados pela Caixa Geral de Depósitos, porquanto nesta Assembleia Municipal foi aprovado, por unanimidade, uma Moção que repudiava o retirar de serviços de uma instituição bancária tão importante para os habitantes do concelho e que hoje nos vemos com alguns serviços limitados, i.e., horário de funcionamento, levantamento de documentos, sendo esta agência uma extensão da agência de Arganil, solicitando a cópia do ofício remetido à Instituição no âmbito da referida Moção.-

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que relativamente às questões colocadas à sua pessoa no âmbito das reuniões das referidas Comissões Municipais, apraz-lhe informar que face à Pandemia que atravessamos estas situações estão mais ou menos suspensas sendo ativadas assim que seja possível.-----

-----De seguida, deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre as questões colocadas pelos senhores deputados.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que das questões colocadas irá responder às de interesse para o município. Referiu que a Câmara Municipal se depara com muito trabalho, pelo que quando passamos um dossier para um outro eleito, ou para um nomeado, é simplesmente porque de facto há muito trabalho, sendo que a descentralização de dossiers sempre foi um apanágio da democracia especialmente para os eleitos pelo PS que sempre se reviram na questão da descentralização, neste caso na descentralização do trabalho. Salientou que centralizar todos os serviços na Presidente da Câmara Municipal é completamente impossível. Quanto às questões colocadas relativamente a obras, referiu que não iria responder solicitando ao senhor Vice-Presidente que juntamente com a DGUPA responda a todas as situações apontadas nas intervenções dos senhores deputados, por se tratarem de dossiers que não se encontram em sua posse, podendo a referida unidade orgânica responder integralmente e cabalmente ao conjunto de questões colocadas. No que



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concerne à intervenção do senhor Luís Filipe de Almeida Dias referiu ser importante que se leiam os dossiers e que se acompanhe as dinâmicas da Câmara Municipal seja ao nível da cultura, desporto, ação social, proteção civil, porém neste caso concreto do Programa Cultura em Rede. Mencionou que o Município de Góis é líder da candidatura “Viver os Rios - O Património que nos une”, em que o objetivo é dinamizar as Praias Fluviais através de iniciativas culturais, prevalecendo-se para esclarecer que o espetáculo do artista Rui Macena, o qual integra o programa do Gois Arte do presente ano, não se integra na candidatura “Viver os Rios - O Património que nos une”, fazendo este espetáculo parte integrante da candidatura “Portas do Céu”, sendo líder o Município de Pampilhosa da Serra e o Município de Góis parceiro nesta candidatura, salientando que mesmo que não houvesse esta candidatura o concerto encontra-se adjudicado, tendo sido já pago 50% do valor, pelo que se não fosse a Pandemia o concerto já teria sido realizado. Ainda sobre a candidatura “Viver os Rios - O Património que nos une”, o que está na sua génese é envolver agentes culturais territoriais, sejam eles de Góis ou dos Municípios parceiros, Penacova e Oliveira do Hospital, fomentando a itinerância de todos os agentes locais, sejam grupos de cantares, ranchos, filarmónicas e outros, podendo facultar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que comunique à Assembleia Municipal o conjunto de iniciativas que integram esta candidatura, que tem um valor associado de 300.000,00€. Referiu que estamos a lutar para que o período para implementar estas iniciativas seja prorrogado, uma vez que foi estabelecido o prazo entre março de 2021 e março de 2022, o que para além de ser um prazo curto para execução de todas as atividades deparamo-nos com um problema de pandemia, havendo vários handicaps que não controlamos, estando agendada reunião para o dia 08.03.21 com vários Técnicos dos Municípios e a CIM RC para pensarem um novo horizonte temporal diferente para ser colocada essa mesma possibilidade à CCDRC. -----

-----Seguidamente referiu que desejava tranquilizar toda a Assembleia Municipal e todos os Goienses uma vez que a ADIBER renunciou o apoio para que seja parceiro da Câmara Municipal na elaboração e acompanhamento a candidaturas, e na eventualidade de ser necessário na ajuda em pedidos de pagamento. Referiu que foi transmitido pelo senhor Presidente da ADIBER que agradece o apoio, sempre que possível, para funcionamento da Instituição, mas jamais quererá algum benefício financeiro para ser parte ativa de um conjunto de processos. Neste sentido, referiu que o subsídio atribuído será naturalmente anulado, realçando que não se deve confundir prestação de serviços, contudo, referiu perceber o alcance da questão, sendo que se desejarem discutir prestações de serviços teremos que discutir os subsídios que a Câmara Municipal atribui às coletividades, à



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis, à FILVAR, à Associação Educativa e Recreativa de Góis, salientando que quando se atribui um subsídio pretende-se que as Instituições se mantenham vivas, mas em troca prestam serviços de forma graciosa à Câmara Municipal, pelo que também não será uma forma de prestação de serviços este tipo de subsídios que às vezes de forma mascarada é para remunerações e para pagamento a prestadores de serviços dessas mesmas coletividades.-----

-----Relativamente à constituição do grupo de trabalho referiu que este é constituído pela jurista da Câmara Municipal, dois Técnicos da ADIBER, um destes o senhor Presidente da Direção, porquanto é licenciado em economia, e a senhora Eng^a Ana Luísa, e o Técnico do Apoio ao Desenvolvimento, estando estas pessoas a trabalhar na elaboração do documento esperando que este se presente com a celeridade que é possível, sendo este mais um trabalho, interessante e importante, a acrescer ao trabalho que a Câmara Municipal tem. Quanto à questão dos incêndios do ano de 2017 referiu que o senhor Vice-Presidente poderá prestar mais informação. Porém, no que concerne às casas de Ádela partirá do princípio que o senhor deputado fez menção às que são propriedade privada, salientando que a legislação refere que caberá ao privado fazer a requalificação ou a intervenção no seu património e garantir a segurança de pessoas e bens. Contudo, cabe também à Proteção Civil e à Câmara Municipal substituir-se ao privado, porém sempre que o faz fica mais pobre porque tem que pagar e depois o privado terá que reembolsar a Câmara Municipal, o que até à data não se verificou, havendo três processos em que a Câmara Municipal se substituiu ao privado porque os imóveis foram vistoriados por estarem em situação de perigo sendo que até à data ainda não fomos ressarcidos dos valores. Referiu que em Ádela foi feito o levantamento de todos os proprietários, com a ajuda da Comissão de Melhoramentos, tendo sido feitos editais para conhecimento, bem como solicitados dois orçamentos para caso a Proteção Civil e a Câmara Municipal tenham que intervir, no sentido de evitar o perigo de ruir. Sobre a criação de um grupo de trabalho referiu não existir qualquer Know-how em que se envolviam os técnicos da ADIBER nem com a perda do Know-how que pode ser passado para terceiros, porquanto a Câmara Municipal não “tem mãos a medir”, e por muito Know-how e por muitos profissionais, funcionários da Autarquia, referiu que a sua pessoa irá permitir-se, uma vez que todos se congratularam pela presente sessão estar a ser transmitida, de elencar um conjunto de processos e projetos que temos em mão que trazem dinheiro e desenvolvimento para Góis, nomeadamente: o Empreendedorismo nas Escolas, o FAM – apoio às segundas habitações dos incêndios de 2017, o Programa Valorizar, a candidatura à Praia de Alvares, o Combate às Alterações Climáticas, o



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Condomínio das Aldeias, a Áreas integradas de gestão da paisagem, a Cultura em Rede, o EEA GRANTS – Intervenção no rio Ceira, a Ciclovia Góis-Vila Nova do Ceira, a Requalificação do Parque Escolar de Vila Nova do Ceira, o Cadastro simplificado, as Áreas de recuperação urbana (ARU), a Revisão do PDM, o Projeto de Eficiência Energética, o Transporte Flexível, a Promoção do Sucesso Escolar, salientando que estes são alguns dos muitos complexos processos que a Câmara Municipal tem sendo que praticamente é tudo feito com o Know-how interno, pelo não se pode pedir mais, sendo humanamente impossível pedir mais aos mesmos.-----

-----Relativamente ao verão referiu ser também sua preocupação manter todos os espaços limpos e em condições de serem desfrutados tanto pelos residentes, como por quem nos visita, estando a Câmara Municipal a trabalhar nesse sentido, esperando que o mesmo seja feito em todas as freguesias do concelho, concordando com as palavras do deputado José Carlos Rodrigues Garcia relativamente à falta de limpeza dos terrenos municipais junto à Praia Fluvial das Canaveias porquanto é uma situação que se arrasta desde o final do passado ano apesar de ter dado indicações para que a mesma fosse colmatada. Quanto à questão do Metro Bus referiu que se inicia um novo paradigma esperando que os vindouros façam melhor realçando que pelas palavras proferidas pelo deputado que ninguém nos irá ouvir, porém aprez-lhe mencionar que ninguém nos vais calar. -----

-----Relativamente à intervenção da deputada Maria do Céu Simões Alves referiu que lhe custa muito a crueldade e a frieza das suas palavras, porque quando atravessamos uma situação de pandemia onde não é dada uma palavra de conforto e alento, tirando, como sempre, o senhor deputado Manuel Enésio de Almeida Gama, tudo se torna bem mais difícil. Referiu que a deputada fez menção a que quando há reuniões nem sempre a sua pessoa está presente, fazendo-se representar por outros, acusando-nos de falta de responsabilidade e de compromisso, uma série de injustiças, porque provavelmente a senhora deputada pode ainda não ter dado conta, mas também nos deparamos com a questão da Pandemia no concelho. Referiu que o ano de 2020 foi um ano muito difícil, sendo de igual modo difícil o ano de 2021, sendo que a prioridade da Câmara Municipal não pode ser somente o EEA GRANTS, nem o transporte a pedido, ou seja, todo o conjunto de projetos que temos em mãos, mas é acima de tudo a saúde pública. Referiu ser sua prioridade a questão da saúde pública, o bem-estar das populações, não havendo problema nenhum com o que ficar por fazer, porquanto seguramente outros virão e irão fazer esse trabalho. Sendo que as pessoas que já perdemos, a falta de conforto e a solidão em que as famílias possam estar irá ser a sua prioridade e sempre que não puder ir a alguma reunião que tenha possibilidade de delegar em nomeados, técnicos de confiança, ou no Vice-Presidente da



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara fará sempre, não abdicando da questão da saúde pública e da sua competência e responsabilidade enquanto Proteção Civil do Concelho de Góis. No que concerne à questão sobre o Pontão do Seladinho informou que a Câmara Municipal não tem a tutela, nem a jurisdição da EN342, recordando que o Pontão do Seladinho, sita na EN342, sendo a sua jurisdição da Infraestruturas de Portugal. Quanto à notícia que a empreitada do talude já se encontra concluída, referiu ter já explicado que a mesma efetivamente se encontra concluída, porém existe uma situação que vai fazer com que haja trabalhos a mais que obrigam a Infraestruturas de Portugal a fazer um novo procedimento ao abrigo do CCP, sendo por este facto que a situação continua com a circulação alternativa. Referiu que, presentemente, a situação que a preocupa é no acesso alternativo, denominado de “barreiras vermelhas”, tendo a Câmara Municipal insistentemente solicitado aos interlocutores da Infraestruturas de Portugal para que resolvam este problema em virtude de se arrastar há bastante tempo a questão da circulação alternativa.-----

-----Relativamente ao Plano de Vacinação referiu não ser a pessoa mais indicada para responder à questão colocada pela senhora deputada Olinda Bandeira, porém o senhor deputado Manuel Enésio de Almeida Gama já ajudou bastante nesta questão. Referiu que da informação que dispõe é que foi feito um apelo a todas as Freguesias, na reunião da Proteção Civil, em que a senhora Enf.ª Isabel Afonso apelou a todos que se tivessem conhecimento de pessoas que não tenham sido convocadas para virem tomar a 1ª dose da vacina que agradecia que fizessem chegar essa informação ao Centro de Saúde porque nos ficheiros pode falhar algum tipo de informação. Nesse sentido, referiu se a senhora deputada tem conhecimento de pessoas com mais de 80 anos que não foram contactadas como boa autarca e munícipe transmita essa informação a quem se encontra com o Plano de Vacinação, ou seja, ao senhor Dr. Paulo Antunes ou à senhora Enf.ª Isabel Afonso. Prevaleceu-se para agradecer ao senhor deputado Manuel Enésio de Almeida Gama pelas suas palavras solidárias no âmbito do desempenho da Proteção Civil pelo trabalho desenvolvido neste período pandémico.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referente ao tarifário Covid-19 referiu tratar-se de um assunto com regras, passando por uma alteração ao regulamento que vai ter que excecionar os apoios às coletividades nesta matéria, pelo que ao excecionar caberá à Câmara Municipal assumir alguma despesa, parecendo-lhe interessante, podendo-se traduzir numa medida do futuro, realçando que esta alteração ao regulamento terá que ser objeto de apreciação tanto do órgão executivo, como do órgão deliberativo. Contudo, devido ao volume de trabalho não será efetivamente uma prioridade, porém não deixará de exortar a DAG e o



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gabinete Jurídico que se for uma tarefa que se afigure não muito complexa, pelo que se for uma mera alteração agilizará de forma a que no seu mandato que possa ser consolidada a questão de excecionar as coletividades relativamente aos consumos da água. -----

-----Relativamente à questão do senhor Nuno Miguel Almeida Alves no que concerne à promoção de novas iniciativas culturais online referiu que se está a programar levar a efeito um conjunto de atividades nas quais se incluem artistas de Góis, sendo um dos que pretendemos convidar o nosso estimado goiense Paulo Ilharco, tendo feito esse desafio à Equipa que se encontra a organizar este trabalho no sentido de se efetuar um concerto com outros talentos de Góis, pelo que como Presidente da Câmara Municipal tem o máximo de orgulho em todos esses talentos. Quanto ao reforço da internet no concelho referiu que a Câmara Municipal está em permanente contacto com a Altice, sendo que a solicitação feita à empresa é a instalação de fibra ótica no maior aglomerado de crianças e ou jovens estudantes, tendo sido pedido o número de alunos que frequentam os diversos níveis de educação escolar nas localidades de Portela de Góis, Casêlhos, Alagoa, Samoura, Nogueiro e Pião, esperando que se possa melhorar o acessos à fibra ótica nestas localidades, e com certeza que também iremos conseguir em outras localidades do concelho. Quanto ao processo dos Nómadas Digitais referiu ser conhecido por todos, em particular por nós na Câmara Municipal, porquanto fomos dos concelhos que aderimos ao desafio da CIM RC para fazermos parte deste projeto, liderando a Equipa a Dr.ª Fátima Gonçalves a par com os membros do GAP em articulação com a CIM RC. Referiu ser Presidente da Câmara Municipal para o bem e para o mal, compreendendo que custe muito ouvir a verdade, convidando o senhor deputado a reunir com a sua pessoa, enquanto membro do órgão que fiscaliza a Câmara Municipal, sendo que terá todo gosto em que consulte alguns dossiers, acreditando que no fim de os consultar, bem como na partilha de alguma informação com a sua pessoa, irá ficar a dever-lhe eternamente um pedido de desculpas público, porquanto a sua pessoa nunca escondeu a cara, dizendo a verdade, porque se há muita coisa que não funciona na Câmara Municipal não é seguramente da parte da Presidente da Câmara Municipal. Se chegar a Presidente da Câmara Municipal e se nas reuniões da Câmara Municipal tiver trabalhadores da Câmara Municipal que nesse dia se vestem de munícipes e com informação privilegiada é impossível ser Presidente da Câmara Municipal de Góis, porém continuará com este desafio até ao fim.-----

-----O senhor Presidente referiu que se iniciou este ponto, Antes da Ordem do Dia, pelas 17.20 horas, sendo atualmente 20.20 horas, ou seja, demorou-se três horas, sendo do conhecimento dos elementos da Assembleia Municipal que se deve apenas despender de uma hora neste ponto. Realçou



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que todas as intervenções foram importantes e interessantes, contudo temos que ter em atenção a quem nos está a acompanhar online, uma vez que há uma maior dificuldade de quem nos vê estar atento, que aquando a realização da sessão presencialmente.-----

-----O deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia, referiu que o Voto de Pesar pelo falecimento da senhora D. Maria Gracinda Dias Correia Enes, deverá ser objeto de deliberação por parte da Assembleia Municipal, pelo que solicitou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que tomasse o procedimento em relação votação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o referido Voto de Pesar.-----

-----Posto à votação o Voto de Pesar foi aprovado, por unanimidade, manifestando total solidariedade e profundo pesar à família pela sua irreparável perda.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Diamantino Jorge Simões Garcia, em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, não participou na votação.-----

----- O deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia solicitou a palavra para proceder a um esclarecimento sobre a questão referida pelo líder da bancada do PSD de que a Moção apresentada pelo PS relativa à Caixa Geral Depósitos, teria sido de repúdio, considerando importante esclarecer que se tratou de moção que solicitou a manifestação junto da administração da CGD da discordância desta Assembleia Municipal sobre a eventual redução do nível de serviços.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. CIM RC/MINUTAS DAS ADENDAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS CELEBRADOS AO ABRIGO DO "CONTRATO DE FINANCIAMENTO PDP - 3 - GESTÃO DA BACIA DO RIO CEIRA PARA ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS"**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada, no passado dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----O deputado Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias referiu que aquando a apresentação, em 20.12.2019, do Projeto de Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Ceira face às alterações climáticas, o senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, Eng. João Pedro Fernandes, referiu “vamos ter mesmo um rio Ceira sem um grama de betão, apenas com métodos e materiais naturais...”. Referiu



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser sua preocupação as intervenções que irão ser feitas no rio Ceira, sendo que segundo se apercebeu dos esclarecimentos prestados, na última reunião da Câmara Municipal, é que as intervenções estão muito localizadas na vila de Góis e em um local em Vila Nova do Ceira, sendo que não irão haver mais intervenções em todo o seu percurso. Referiu que a intervenção na vila de Góis, será entre a Ponte Real e o açude de Santo António, em que está previsto a recuperação do açude, a construção de uma escada de peixes e proceder à remoção da ilha a jusante, questionando se irá ser removida a ilha existente no leito do rio, entendendo não fazer sentido por se tratar de um complemento ao parque de lazer do Cerejal. Referiu que também será objeto de intervenção a reabilitação entre a Ponte Real e o Santo António mencionando que qualquer dia estão a canalizar o rio, sendo isso que não desejava que fosse efetuado, por entender tratar-se de um espaço natural que se encontra cuidado. Mais referiu haver outras intervenções prioritárias no rio Ceira, quer a jusante, que a montante, sendo sua preocupação é que posteriormente a estas intervenções que não aconteçam coisas como aconteceu no açude em carcavelos, embora creia que se tratou de uma situação de emergência para que se resolvesse uma situação pontual e que num futuro próximo possa vir a ser adaptada à realidade local.

-----O deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que com a implementação deste projeto surge novamente a figura do Guarda Rios, que terá a função de supervisionar o rio, o que é de todo importante, porquanto a natureza faz a sua intervenção algumas vezes de forma harmoniosa, em outras vezes não tanto, pelo que a função do Guarda Rios é bem-vinda, permitindo as intervenções que possam ser necessárias de forma mais atempada. Referiu que é também sua preocupação a remoção da ilha no açude de Santo António por lhe parecer que esta resulta da acumulação de pedras, seixos e calhaus, que devido às cheias que se fazem sentir durante o inverno se acumulam nesta zona, sendo que essa remoção pode fazer sentido para que o curso da água fique desimpedido, sendo um facto que será uma menos valia para a chamada Praia de Santo António. Referiu que a remoção a acontecer faz sentido, mas haverá sempre uma forte probabilidade de no inverno seguinte a ilha se voltar a formar no mesmo sítio, sendo que poderá reaparecer de uma forma mais desordenada.-----

-----O deputado Nuno Miguel Almeida Alves referiu que na ata da Câmara Municipal em que o assunto foi deliberado é mencionado pelo senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Mário Barata Garcia, a intervenção que irá ser realizada no açude de Santo António, sendo que as anteriores intervenções à sua, existem duas diferentes visões do mesmo assunto, comungando com a visão do seu colega de bancada. Referiu que até neste período de pandemia é possível ter visões diferentes do que deverão ser as Praias Fluviais, sendo a sua opinião que na época balnear é visível um número



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

significativo de pessoas na Praia Fluvial da Peneda, entendendo que deve ser feito um investimento na Praia do Cerejal, por toda a sua envolvência propícia ao lazer, realçando a falta de sinalética de indicação do Parque do Cerejal, facto que a todos nos devia preocupar, uma vez que neste espaço aglomera um serviço de bar durante o verão, e um restaurante que, após a sua concessão, poderá vir a funcionar todo ano, pelo que é importante que seja esclarecida a intervenção na zona do açude de Santo António, por ser uma mais valia para quem nos visita e reside, e temos que pensar em alternativas para atenuar a acumulação de pessoas na Praia Fluvial da Peneda.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu ter algum conhecimento da matéria em questão, pelo que na sua perspetiva o rio tem de ser visto como um “funil ao contrário”, ou seja, terá que ser sempre visto de jusante para montante, sendo difícil avaliar pequenos troços do rio. Referiu que o que é mais importante nos rios são de facto os açudes, havendo dois tipos de açudes, os direccionados para rega, apenas para derivação da água e não para conter, sendo exemplo disto os que servem os moinhos, e outros denominados de açudes para correção de cheias, que são açudes que não têm tomada de água, mas que servem exatamente para diminuir a velocidade das águas e para não provocarem erosões e quedas de pontes, entre outros. Todas as intervenções que se fazem no rio com máquinas alteram aquele que é o natural escoamento das águas, sendo que involuntariamente num rio como é o rio Ceira, um rio de regime torrencial, temos cometido vários problemas porquanto aumentamos a quota dos açudes provocando escoamentos diferentes de água, porque modificamos inclinações nos açudes, tendo apresentado como exemplo o que foi feito na Praia Fluvial das Canaveias. Quanto à questão das ilhas referiu que estas são complicadas quando não são naturais, ou seja, sempre que constituímos uma ilha no leito do rio estamos a alterar o escoamento da água, a água chega à ilha e flete indo para as margens, sendo que toda a força que o rio faria no meio irá se refletir na margem arrebatando com a mesma. Referiu que ao fazer-se uma ilha na parte superior de um açude como havia em Vila Nova do Ceira é do seu ponto de vista um disparate, porquanto na parte inferior a água já vai quebrada pelo açude. Acrescentou que as ilhas devem ser mantidas quando naturais, sendo que tudo aquilo que é intervenção sem ser natural num rio é muito complicado, dando como exemplo que quando se corte uma árvore na margem do rio terá que se ter muito cuidado uma vez que as raízes se encontram dentro de água, significando que algumas árvores também seguram os taludes do rio. Pelo que é uma área em que se tem de ter cuidados redobrados porquanto a hidráulica é uma ciência sendo que temos que dar sempre o benefício da dúvida a quem sabe da matéria e a quem propõe soluções mais naturais e essenciais. Referiu que para quem foi pescador, em pequeno,



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste rio é preocupante o atual estado deste, sendo factores de preocupação as cheias existentes, a existência de muitas máquinas dentro do rio, a areia que anualmente se coloca nas ilhas uma vez que esta irá tapar alguns buracos usados pelos peixes, os barbos, para se protegerem, sendo que atualmente já se podem ver alguns peixes. Porém, não se vê uma centésima parte de peixes que há alguns anos a esta parte se via no rio, entre outras espécies, como é o caso das enguias que se extinguiram, entre uma visível minoria de outras espécies de peixe.-----

-----De seguida, deu a palavra à senhora Presidente para proceder aos esclarecimentos às questões colocadas.-----

-----A senhora Presidente referiu que aquando a celebração deste protocolo o senhor Ministro do Ambiente referiu que íamos tentar regularizar o rio e que não é regularizável. Referiu que a Câmara Municipal elencou e priorizou aquilo que pareceu mais importante como intervenção, mas infelizmente não é vinculativo aquilo que nós entendemos que era prioritário. Referiu que a entidade que decide é a APA conjuntamente com a ARH Centro, tendo estas vindo a Góis onde foram visitados vários espaços, a Cabreira, a Peneda, o Santo António, a Carambola, as Canaveias, tendo uma Técnica que os acompanhou feito os respetivos registos fotográficos. No final da visita foi-nos comunicado não concordarem com algumas das intervenções pedidas pela Câmara Municipal, bem como entenderam que não era uma prioridade, sendo exemplo disso as Canaveias, porquanto entendem que a intervenção deve ser feita pelo Município. Referiu que da visita feita aos locais foi considerada a recuperação de algumas tulhas na Cabreira, recuperação da margem esquerda entre a Ponte Real e o açude de Santo António, mas sem utilização de betão na intervenção, sendo que as intervenções elencadas pela Câmara Municipal como prioritárias e importantes não foram todas validadas pela APA por ser a entidade que decide.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado ao abrigo do "Contrato de Financiamento PDP - 3 - Gestão da Bacia do Rio Ceira para adaptação às Mudanças Climáticas".-----

-----O deputado Luís Filipe de Almeida Nogueira Dias apresentou a seguinte declaração de voto: "voto favoravelmente a adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado ao abrigo do "Contrato de Financiamento PDP - 3 - Gestão da Bacia do Rio Ceira para adaptação às Mudanças Climáticas, entre a Câmara Municipal e a CIM RC, e não relativamente às intervenções a serem realizadas no rio Ceira por desconhecimento do projeto de execução."-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**2. LCPA/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada, no passado dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a assunção dos compromissos plurianuais.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

-----**3. MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS N.º 3/2021 - REVISÃO AO ORÇAMENTO N.º 1 E REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) N.º 1**-----

-----Foi presente a deliberação do Órgão Executivo do Município de Góis, tomada na reunião ordinária realizada, no passado dia nove de fevereiro de dois mil e vinte e um, relativamente ao assunto em epígrafe. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão ao Orçamento nº 1 e a Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) nº 1.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

-----**4. RELATÓRIO DA ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinha sido enviada informação a todos os líderes de bancada sobre este ponto, assim, estava à disposição para quaisquer esclarecimentos que tivessem por convenientes. -----

----- O deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia referiu que no que concerne aos processo judiciais patentes no documento em apreço, nomeadamente o que o Autor é o Município de Góis e o Réu o Município de Pampilhosa da Serra, é referido que se aguarda a marcação de julgamento, havendo um outro cujo autor é Assembleia de Freguesia dos Compartes do Colmeal relativamente à mesma situação, havendo neste processo uma situação lesiva para o município no seu todo porquanto o objeto do contrato foi quebrado de forma unilateral, violando tanto o acordo como o que estava definido em termos contratuais, esperando que seja da mais elementar justiça que a decisão judicial seja a favor daquilo que está a ser reclamado. Face ao exposto, e atendendo ao período de pandemia que atravessamos, questionou se a marcação do referido julgamento será num futuro próximo.-----



MUNICÍPIO DE GÓIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O deputado Nuno Miguel Almeida Alves referiu que, pela primeira vez, recebeu o documento em conformidade com o prazo patente no Regimento da Assembleia Municipal, desejando que assim o seja quanto à receção do mesmo documento nas sessões futuras. Referiu que era sua pretensão colocar a questão apresentada pelo deputado Jaime Miguel Fernandes Garcia sobre se já há uma data prevista para a realização do julgamento. Acrescentou que uma outra questão é sobre o Parque Eólico existente na serra do Trevim em fronteira com o concelho de Góis, questão por si várias vezes colocada em sede da Assembleia Municipal, desejando ter conhecimento se existe também alguma lesão para o concelho de Góis.-----

-----A deputada Maria do Céu Simões Alves referiu que do quadro dos processos judiciais não consta o processo judicial entre o Município de Góis e a ADIBER sobre a Quinta do Baião, pelo que questionou do porquê.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente para se pronunciar sobre as questões colocadas.-----

-----A senhora Presidente da Câmara Municipal relativamente ao processo sobre as eólicas referiu que o mesmo é altamente lesivo para os Goienses e para a Câmara Municipal, por se tratar de uma receita que fazia parte do nosso orçamento municipal, sendo que a informação que se encontra no documento é facultada pelo jurista que acompanha este processo, pelo que quanto ao agendamento do julgamento poderá efetivamente prolongar-se devido ao período em que vivemos, havendo alargamento de prazos, sendo que também a última informação que se teve é que se aguardava julgamento. Sobre o Parque Eólico da Lousã que faz fronteira com o Município de Góis referiu que a Câmara Municipal nunca recebeu qualquer valor, tratando-se de um processo que se iniciou em anteriores mandatos ao seu, tendo o processo ficado o processo à responsabilidade do senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, não estando em situação de informar sobre as diligências feitas pelo que oportunamente prestará mais informação. Quanto ao processo da Quinta do Baião referiu entender que não se trata de um processo judicial, pelo que não faz parte do documento em causa, informando que a Câmara Municipal aguarda a homologação do acordo, porquanto se fez uma proposta sem ser pela via dos tribunais. Referiu que está a decorrer o prazo dessa mesma homologação havendo sempre a possibilidade de o Ministério Público poder recorrer, sendo 30 dias, sendo que se não fosse a pandemia o prazo terminaria no princípio do mês de fevereiro, como os prazos foram suspensos a 26.01.2021, e seguramente voltarão a ser suspensos, nada tem a acrescentar. Ainda que o referido processo tivesse que constar no documento em apreço,



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

provavelmente não consta por lapso da Técnica, uma vez que quando elabora o documento solicita sempre aos Advogados que se encontrados com processos para fazer o ponto de situação dos mesmos, sendo que no caso do processo em questão não foram estes advogados, mas sim o Consultório do Dr. Bolota Belchior sendo possível que não se tenha feito o pedido única e exclusivamente por desconhecimento, ou pelo facto de a sua pessoa se ter esquecido de solicitar à Técnica que pedisse informação sobre o processo em causa.-----

-----Dada a palavra, a deputada Maria do Céu Simões Alves, referiu que face aos esclarecimentos da senhora Presidente relativamente aos processos Quinta do Baião crê que numa das Atas da Câmara Municipal sobre o assunto em causa é referido o número do processo judicial pelo que entende que também esse processo deveria constar neste documento.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----**APROVAÇÕES EM MINUTA:** -----

-----Foram aprovadas em minuta para efeitos imediatos, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as deliberações respeitantes aos pontos de um a três da Ordem do Dia. -----

-----**PÚBLICO:**-----

-----a) O senhor Hugo Miguel Nunes Gonçalves, munícipe residente Mega Cimeira, freguesia de Alvares, referiu a existência de uma barreira derrubada na localidade onde reside, facto do conhecimento do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvares, porquanto lhe enviou e-mail nesse sentido, bem como a Proteção Civil, tendo também remetido a mesma informação para alguns Ministérios, sendo que ninguém até ao momento nada fez. Uma outra situação é na ponte de Mega Cimeira que data do ano de 2012 em que nada foi feito, sendo que o atual Presidente da Junta também nada fez para que esta situação fosse resolvida, apenas se preocupa com a colocação de alcatrão em algumas estradas, salientando a existência de outras situações em que tanto a Junta de Freguesia, como a Câmara Municipal não se interessa. Uma outra situação foi a promessa feita em anteriores mandatos de edificação de uma ponte entre a aldeia de Milreu e do Conhal, concelho Pedrógão Grande. Uma outra questão é sobre a reserva de água existente em Mega Cimeira, realçando não haver dinheiro para se fazer uma obra em condições nesta zona, mas em outras que elencou já o houve.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Presidente da Câmara Municipal para proceder aos esclarecimentos que entender serem convenientes.-----



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Dada a palavra, a senhora Presidente referiu não ter conhecimento de quem é o munícipe, sendo que devido às dificuldades de acesso à rede de internet por parte deste também não pôde visualizar. Referiu que há de facto algumas intervenções que poderão estar em falta na freguesia de Alvares, não fazendo parte dessas as elencadas, salientando não ser uma prioridade a construção de uma piscina em Mega Fundeira, porquanto se fez um empreendimento bastante significativo na Praia Fluvial de Alvares, pelo que se solicitassem um relvado sintético para a freguesia de Alvares para a prática de desporto a sua resposta seria afirmativa. Ainda sobre a intervenção referiu que anda uma Equipa da Câmara Municipal em Mega Cimeira pelo que não irá alimentar, com todo o respeito, críticas ocas e balofas.-----

-----Dada a palavra, o deputado Victor Manuel Fonseca Duarte, Presidente da Junta de Freguesia de Alvares, referiu que uma vez que foi visado na intervenção do munícipe, apelou a que este estivesse presente na reunião do Executivo da freguesia que preside, realizando-se a mesma no primeiro sábado de cada mês, salientando estar agendada a Assembleia de Freguesia, para o dia 15.04.21, pelo que solicitou ao munícipe para se dirigir aos respetivos órgãos para expor e discutirem as questões ora levantadas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de terminar a sessão dirigiu, em nome da Assembleia Municipal, um agradecimento à senhora Presidente da Câmara Municipal pela disposição do gabinete onde se encontra para realização desta sessão, agradecimento extensivo aos trabalhadores da Câmara Municipal, bem como a todos quantos nos acompanharam através da página do Facebook do Município de Góis.-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou a sessão, pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata que irá ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários que, na presente sessão, integraram a Mesa da Assembleia Municipal.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Diamantino Jorge Simões Garcia, Eng.º)



MUNICÍPIO DE GÓIS
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Primeiro Secretário

(José Rodrigues)

A Segunda Secretária

(Ana Andreia Antão Barata, Dr.ª)



Grupo Municipal do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Góis

Moção
POR MELHORES ACESSIBILIDADES PARA GÓIS:

EN 2 / EN 342 / IC6 / IP3/ Metro Mondego

Há mais de 3 décadas que se reclamam como necessárias e prementes melhores acessibilidades para o concelho de Góis.

A entrada e saída no concelho de Góis, faz-se pelas suas estradas principais, sendo a **EN2** a que atravessa a maior parte do concelho, fazendo a ligação com o Concelho de Vila Nova de Poiares na zona do Alto do Arrassaio em Vila Nova do Ceira, até à ligação com o Concelho de Pedrogão Grande na Ponte de Mega em Alvares (entroncando nesta estrada, na Portela do Vento, a **EN112** que liga ao Concelho da Pampilhosa da Serra) e a **EN342** que faz a ligação com o Concelho da Lousã na zona de Albergaria (Ponte do Sótão) até à ligação com o Concelho de Arganil junto da localidade de Sequeiros.

Desde os anos 80 que se fala na requalificação do traçado, ou uma variante à estrada EN 342, tendo sido realizados vários estudos e projetos que, inclusive, determinaram servidões “non aedificandi”, condicionando desta forma as pretensões de vários munícipes, proprietários de terrenos afectados por estas servidões, cuja esperança de uma nova estrada que os servisse, culminou com a declaração nº 33/2020 do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., publicado no diário da república de 7 de Abril de 2020, com a “Caducidade da zona de servidão non aedificandi do estudo prévio da variante à EN 342 Lousã -Góis -Arganil e à EN 342 Arganil –Côja”, ou seja, projetos nunca realizados para o concelho de Góis.

ANEXO I DA ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26.02.2021

Em 2008 o Estado determinou o lançamento do concurso público da designada Concessão do Pinhal Interior, que integrava entre os demais itinerários, a EN 342, troço em serviço entre Miranda do Corvo (IC 3) e a Lousã; EN 342, entre a Lousã, Góis, Arganil e Côja, incluindo ligação ao IC 6, com a redefinição e continuação, em 2015, pela Resolução de Ministros nº 65-B/2015, publicado em diário da república de 28 de Agosto.

A EN 342, desde Soure, Miranda do Corvo e Lousã e recentemente entre Arganil e Côja, sofreu nos últimos 20 anos, várias requalificações, novas variantes, novos traçados, novas ligações, com notória melhoria de acessibilidades naqueles concelhos. Pelo contrário, no total dos quilómetros da EN342 que liga e atravessa o concelho de Góis, não teve qualquer investimento de requalificação, de novo traçado, de opção à sua travessia, mantendo-se igual como sempre, com as mesmas características de estrada estreita, acidentada, sinuosa, a serpentear a morfologia do território.

Por sua vez, têm beneficiado de vários investimentos Arganil, com requalificação da EN342, Tábua e Oliveira do Hospital, com prolongamento do IC6 e variante à EN17 conhecida estrada da Beira e requalificação de acesso ao IP3, a Lousã com variante de ligação à EN17.

O concelho de Góis não viu realizar-se nenhum investimento nas suas vias de circulação rodoviária, que lhe permita o acesso mais célere, eficiente e em melhores condições, quer à A13, A1, IC6, IP3, IP5, a permitir a proximidade desejável quer à sua capital de distrito, Coimbra, quer às principais cidades do País, Lisboa ou Porto, ao Litoral mais próximo, Figueira da Foz e Aveiro, às cidades de interior, Viseu, Covilhã e Guarda. Continuamos, por desigualdade de tratamento, cada vez mais desaproximado do Portugal! Inclusive, a proximidade de acesso ao IC8, com ligação à A13, quer da Pampilhosa da Serra, quer da freguesia de Alvares, faz deslocar a circulação rodoviária com destino a Coimbra, que antes se fazia pelas EN2 e EN342, e, portanto, pelo concelho de Góis, acentuando a falta de dinamismo vertido nos vários setores, humano, social e económico do concelho de Góis.

Mesmo na linha ferroviária, cujo projeto inicial contemplava Góis e Arganil, parou em Serpins, concelho da Lousã e, assim, se mantém no projeto em curso do Metro Mondego!

Recentemente foi publicitado um projeto da Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra em parceria com a Infraestruturas de Portugal, sobre a viabilidade de uma variante à estrada nacional 17 (EN17), entre o nó de Ceira da A13, Ponte Velha na Lousã e com ligação de Vila Nova de Poiares ao IC3 e IC6, a proporcionar melhores condições de acessibilidade aos concelhos do interior. Mais um projeto que, apesar de ser uma mais valia para a região, lamentavelmente, volta a não contemplar diretamente o Concelho de Góis.

Não podemos aceitar que se continue a omitir o concelho de Góis como se não existisse no mapa do país e da região e, por isso, reclamamos como necessidade imperiosa e urgente que tal projeto contemple a sua extensão de acesso do concelho de Góis ao IC6 e IP3 na ligação entre Coimbra e a Covilhã. Igualmente, se reclama como necessidade imperiosa e urgente que o projeto do Metro Mondego estenda a sua ligação ao concelho de Góis.

O concelho de Góis tem sido, reiteradamente, esquecido pelos sucessivos governos, relegado, omitido na sua necessidade essencial e transversal para uma verdadeira e séria coesão territorial, social e económica, que é a melhoria das suas acessibilidades.

Esse é o investimento essencial e determinante, capaz de convencer a fixação de pessoas e empresas, de melhorar as condições de vida das populações e de satisfazer os seus anseios e necessidades de deslocação, em condições de qualidade, segurança, eficiência e igualdade, em equiparação com os investimentos feitos nos concelhos vizinhos.

Acreditamos que será a única esperança capaz de opor-se ao facto real, não só da emigração, também relacionada por conjunturas difíceis nacionais, mas à conhecida imigração que ocorre dentro da própria região, das pessoas e famílias a deslocarem-se para concelhos vizinhos, decorrente desta desigualdade de investimentos dentro da

ANEXO I DA ATA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 26.02.2021

mesma região. Só, assim, poderemos combater o abandono do território e o despovoamento acentuado que se verifica.

Neste sentido, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal de Góis, na sua reunião ordinária de 26/02/2021, **delibere**:

- Manifestar total repúdio pela falta de investimento e não realização de qualquer obra de requalificação, novo traçado ou variante à EN342, no traçado de ligação entre Lousã, Góis e Arganil.

- Exigir que a requalificação, novo traçado ou variante à EN342, no traçado de ligação entre Lousã, Góis e Arganil, seja uma realidade, a par do que já aconteceu ou está a acontecer em toda demais extensão.

- Exigir que o estudo de viabilidade para implementação de variante à EN17, recentemente publicado promovido pela CIM da Região de Coimbra em parceria com a Infraestruturas de Portugal, contemple uma ligação ao concelho de Góis de forma a permitir a este concelho ainda mais do interior, a ligação ao IC3 e IC6.

- Reclamar que o projeto do Metro-Mondego seja repensado, onde deverá ser incluída uma expansão do traçado com ligação ao concelho de Góis.

-Enviar esta Moção para:

Senhor Presidente da República;

Senhor Presidente da Assembleia da República;

Senhor Primeiro – Ministro;

Senhor Ministro das Infraestruturas;

Grupos Parlamentares da Assembleia da República;

Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra